



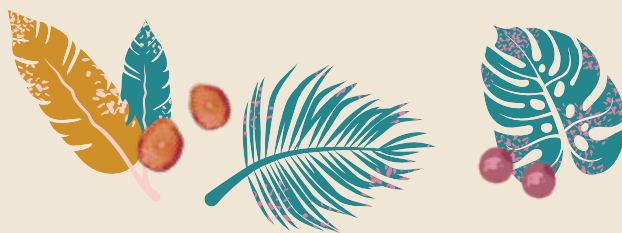
ISPAN

INSTITUTO SOCIEDADE,
POPULAÇÃO E NATUREZA

*Semeando futuros
e colhendo aprendizados*
junto a projetos socioambientais
desenvolvidos por
Mulheres



*Semeando futuros
e colhendo aprendizados*
junto a projetos socioambientais
desenvolvidos por
Mulheres



Organizadoras

Ariane Favareto
Isabella Ferreira
Juliana Napolitano

Diretora Presidente | Andrea Lobo

Diretora Superintendente | Cristiane Azevedo

Coordenador Executivo | Fábio Vaz Ribeiro de Almeida

Coordenação de Programas | Isabel Figueiredo, João Guilherme Cruz, Rodrigo Noleto e Ruthiane Pereira

Coordenadora Administrativa | Fabiana de Castro Alves

Equipe Programa Amazônia | Isabella Ferreira, Juliana Napolitano, Rodrigo Noleto (Coordenador) e Silvana Bastos

Elaboração do conteúdo | Ariane Favareto

Elaboração do conteúdo sobre mulheres indígenas | Andreza Andrade

Organização e consolidação do texto final | Ariane Favareto, Isabella Ferreira e Juliana Napolitano

Revisão | Andreza Andrade, Jéssica Pedreira, Maria Arméle Dornelas

Fotos | Acervo ISPN (Equipe de Comunicação, Fred Siewerdt e Peter Caton) e fotos cedidas pelos projetos (CTA, ATIX e AIK)

Equipe ISPN - apoio na organização da oficina Entre Mulheres

Andreza Andrade, Aurilene Silveira, Camila Araújo, Camila Boldrin, Carolina Hallit, Carolina Lobo, Caroline Yoshida, Cristiane Azevedo, Fabiana Castro, Isabel Figueiredo, Isabella Ferreira, Jessica Pedreira, Juliana Napolitano, Leonardo Abreu, Letícia Verdi, Méle Dornelas, Polyanna Campelo, Rodrigo Noleto, Silvana Bastos, Terena Peres de Castro, Viviane Rabelo, Werlon Fontes

Moderação da Oficina Entre Mulheres - Janela 8 | Carolina Jongh e Denise Maellaro

Projeto gráfico e ilustrações | Selene Fortini

Esta publicação é uma realização do Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN com apoio financeiro do Fundo Amazônia. Este documento é de responsabilidade dos seus autores e não reflete a posição dos doadores.

Ficha Catalográfica

Semeando futuros e colhendo aprendizados junto a projetos socioambientais desenvolvidos por mulheres/ Ariane Favareto, Isabella Ferreira, Juliana Napolitano. Brasília: ISPN, 2023, 100 p.

ISBN: 978-65-87922-06-5

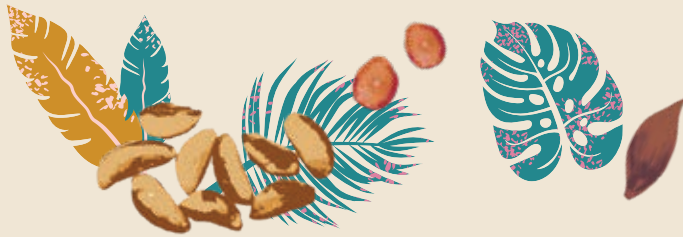
1. Projetos socioambientais; 2. Fundo socioambiental; 3. Mulheres rurais; 4. Mulheres indígenas; 4. Sistematização de resultados; 5. Pesquisa qualitativa



ISPAN

INSTITUTO SOCIEDADE,
POPULAÇÃO E NATUREZA

*Semeando futuros
e colhendo aprendizados*
junto a projetos socioambientais
desenvolvidos por
Mulheres



Nossos agradecimentos às organizações parceiras do ISPN que contribuíram para a elaboração desta publicação

Organizações apoiadas pelo PPP-ECOS Amazônia que fizeram parte do estudo e da oficina Entre Mulheres:

Associação Agroecológica Tijupá

Associação Camponesa

Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura – ACESA

Associação Comunitária do Povoado de Barreira

Associação de Moradores Saudade, São José e Encruzilhada - AMOSSAJE

Associação do Centro de Tecnologia Alternativa - CTA

Associação dos Agroextrativistas Familiares e Solidários do Povoado do Km 1.700 – AAFS1700

Associação dos Mini e Pequenos Agricultores do Projeto de Assentamento Cachimbo - AGRIPAC

Associação dos Produtores Rurais da Comunidade São Brás

Associação dos Produtores Rurais Novo Progresso

Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da RESEX Ciriaco – ATARECO

Associação Onça D'água

Associação Quilombola São Benedito dos Produtores e Produtoras Rurais de Oiteiro

Associação Quilombolas da Mata de São Benedito

Associação Rede de Sementes do Xingu - ARSX

Associação Terra Indígena Xingu - ATIX

Centro de Formação e Pesquisa Olga Benário Prestes - Olga Benário - CECAPE

Clube de Mães do Povoado Olho D'Água das Guaribas de Itapecuru Mirim

Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Estado do Maranhão

Cooperativa de Produção e Comercialização dos Agricultores Familiares

Agroextrativistas e Pescadores Artesanais de Esperantina - COOAF-Bico

Instituto Raoni

Mandu Inovação Social (Instituto de Socioeconomia Solidária)





Organizações apoiadas pelo PPP-ECOS Cerrado e Caatinga que estiveram presentes na oficina Entre Mulheres

Agência 10Envolvimento

Associação Casa de Maria

Associação Comunitária dos Pequenos Criadores do Fecho de Pasto de Clemente

Associação de Desenvolvimento Comunitário de Pais e Mestres de Sucupira do Norte

Associação de Mulheres Produtoras dos PAs Santo Onofre e Santa Tereza I

Associação de Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Santa Lúcia

Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares das Comunidades Aguaçu Monjolo e São Manoel do Pari

Associação dos Trabalhadores Filhos e Amigos de Currais

Associação Kalunga Comunitária do Engenho II - AKCE

Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio - ASMUBIP

Associação Vencer Juntos em Economia Solidária

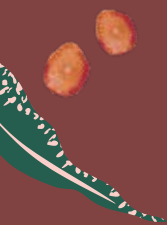
Casa da Mulher do Nordeste

Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica - CAV

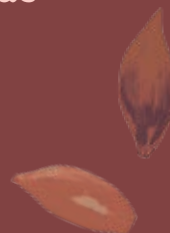
Centro de Formação Mandacaru de Pedro II-PI

Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco babaçu - CIMQCB

Rede de Apoio e Incentivo Socioambiental - RAIS



Agradecemos também às Guerreiras da Floresta da Terra Indígena Caru, apoiadas pela Rede Camuá e pelo Programa Povos Indígenas



Lista de Siglas e Abreviaturas

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MPF	Ministério Público Federal
OCS	Organização de Controle Social
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar





Sumário

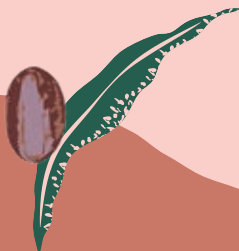
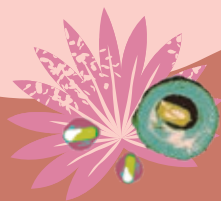
Apresentação	10
Introdução	14
1. Alcance dos Projetos (resultados quantitativos)	20
2. Para além dos números (resultados qualitativos)	24
2.1 Acesso às Políticas Públicas	26
2.2 Conflitos e Violências	38
2.3 Protagonismo das Mulheres	48
2.4 Transformações na vida das mulheres a partir das ações dos projetos	58
3. Desafios para a ampliação do protagonismo das mulheres	72
4. Recomendações para quem apoia visando aumentar o protagonismo das mulheres nos projetos socioambientais	78
5. Considerações finais	92
Referência bibliográficas	96





Apresentação

O olhar ecossocial que valoriza meios de vidas produtivos e sustentáveis é parte das ações do ISPN nos seus mais de 30 anos de existência, especialmente por meio da estratégia de Promoção de Paisagens Produtivas Ecosociais (PPP-ECOS). Tal estratégia é resultado de muitos anos de experiência na implementação do Programa de Pequenos Projetos Ecosociais que, desde sua origem, atuou pela conservação ambiental e pelo equilíbrio climático aliados ao uso sustentável da biodiversidade, ao fortalecimento da segurança alimentar, da geração de renda e da vida digna no campo por meio de diálogos e ações que assegurem o protagonismo comunitário e o enfrentamento das desigualdades sociais. O Programa teve início em 1994 e eu integrei sua equipe técnica no ano de 2006. À época, éramos uma equipe pequena, com uma carteira de projetos que se restringia ao bioma Cerrado e com financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Hoje o ISPN expandiu sua área de atuação para outros biomas, diversificou sua carteira de financiadores, ampliou sua equipe e se consolidou como uma estratégia de ação em defesa dos modos de vida produtivos e sustentáveis. Porém, a nossa menina dos olhos do início dos anos 2000, a nossa corujinha, é ainda símbolo do PPP-ECOS e continua com a missão de ter o meio ambiente aliado às pautas sociais.



Apesar de não mais atuar como técnica no Programa já há alguns anos, nunca me distanciei totalmente. Tenho acompanhado com olhar atento a diversificação, o aprofundamento das temáticas de atuação dos projetos e a efetivação de uma abordagem interseccional para os marcadores sociais de raça, etnia, classe, idade e gênero. Compreendendo que a diversidade de pessoas, ideias e ideais é o vetor do fortalecimento ambiental e da equidade social, as ações da estratégia PPP-ECOS têm mudado realidades de pessoas, coletivos e comunidades pelo Brasil e contribuído com suas sementes para a construção de uma sociedade menos desigual.

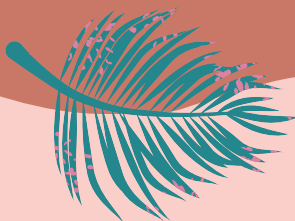
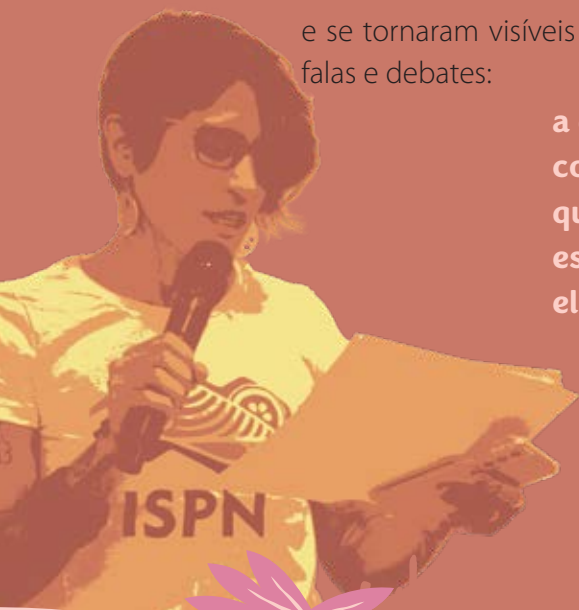
Vivi a experiência do trabalho com tais comunidades e tenho acompanhado essas atuações já há quase 20 anos, mas estar presente na “Oficina entre mulheres: soluções para a inclusão e o protagonismo em Projetos Socioambientais” neste maio de 2023 foi uma das experiências mais intensas e gratificantes que pude vivenciar nos últimos tempos. Após anos marcados por uma pandemia que devastou vidas, nos fez duvidar de um amanhã possível, nos separou fisicamente; após anos de um governo maléfico, contrário a tudo que a estratégia PPP-ECOS sempre representou e lutou para ajudar a construir, estar reunida com cerca de 35 organizações comunitárias e de assessoria,



com mais de 60 mulheres de oito estados do país, mulheres que representam a agricultura familiar, os povos indígenas, as comunidades quilombolas e tantas outras comunidades tradicionais neste ano de 2023, um ano de esperança renovada para o Brasil, foi uma das experiências mais emocionantes e renovadoras que pude vivenciar.

Reunidas em três dias de atividades, elas conversaram sobre os desafios enfrentados na execução de seus projetos, pensaram juntas em como enfrentar as dificuldades, pensaram o futuro, dançaram, sorriram, choraram, cuidaram umas das outras, se cuidaram. Os fios invisíveis tecidos pela troca e pela reciprocidade que o Fundo PPP-ECOS vem construindo em seus mais de 20 anos de existência se fizeram visíveis em cores e sentimentos que inundaram a todas nós, e se tornaram visíveis graças a uma certeza que permeou todas as falas e debates:

a certeza do protagonismo feminino como vetor de construção. Até quando elas parecem não estar, elas estiveram, estão e estarão, pois são elas as construtoras.



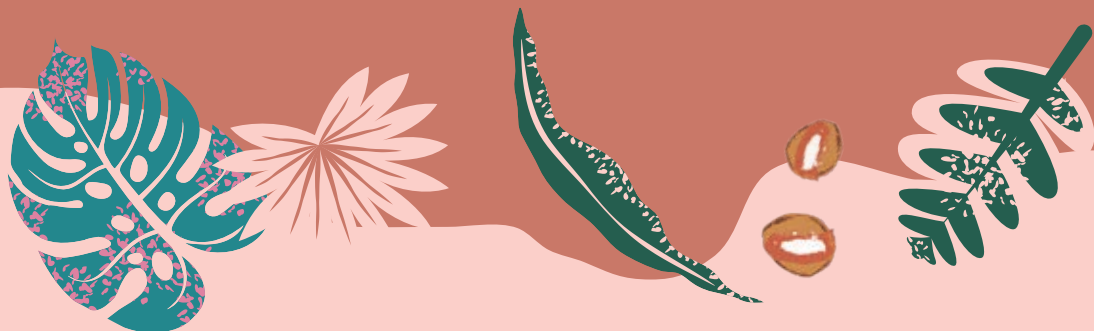


Essa obra que vem a público é sobre o protagonismo dessas mulheres inspiradoras, transformadas pelo poema de Kenya Silva em “Marias quarqué”, são aquelas que vivem na roça, viajam de carroça, cuidam da casa e mantêm o Brasil de pé. E são elas também a alma, a cabeça, os braços e as pernas dos projetos comunitários, das lutas contra a desigualdade e a violência, da defesa de seus territórios e modos de vida. A elas devemos a beleza da diversidade, da continuidade e da vivacidade de nossa sociedade. A elas devemos respeito.

No que me cabe, me sinto grata em fazer parte dos momentos em que com elas estive e estou e me sinto honrada em apresentar esta publicação. Um viva a todas essas mulheres que constroem o nosso país!

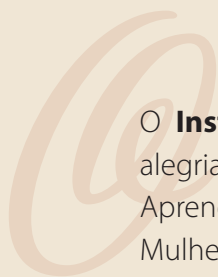
Andréa Lobo

Professora do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília - UNB
Diretora Presidente do ISPN



Introdução





O **Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN** tem a alegria de apresentar a publicação Semeando Futuros e Colhendo Aprendizados junto a Projetos Socioambientais Desenvolvidos por Mulheres, uma reflexão promovida em parceria com mulheres que tiveram seus projetos apoiados pelo Fundo para Promoção de Paisagens Produtivas Ecosociais - PPP-ECOS, no âmbito do Programa Amazônia com financiamento do Fundo Amazônia/BNDES. São agricultoras familiares, assentadas, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu e outras tantas mulheres com as quais trabalhamos em paisagens diversas na Amazônia e também no Cerrado.

No período de 2019 a 2023, foram executados 56 projetos por meio de 53 organizações, em 113 municípios, envolvendo 3.177 famílias na região do Arco do Desmatamento, nos estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. A partir desse trabalho, o apoio do PPP-ECOS contribuiu para a melhoria da qualidade de vida, para a inclusão social e produtiva e para a manutenção de modos de vida singulares e fundamentais para a manutenção da Floresta Amazônica e do Cerrado.

A implementação dos projetos foi realizada em plena pandemia do coronavírus, momento crítico do país, quando grande parte dessas mulheres, suas organizações, famílias e comunidades ficaram isoladas nos seus territórios, enquanto o Estado brasileiro negligenciava as políticas públicas e o acesso a recursos à agricultura familiar, aos povos indígenas, aos quilombolas e a outros segmentos de povos e comunidades tradicionais.

Além de anos desafiadores para organizações de base comunitária, de igual forma foram anos desafiadores no acompanhamento e monitoramento dos projetos pela equipe do ISPN, mas, ressalte-se, não menos produtivos em termos de resultados colhidos e não me-



nos reveladores da capacidade de resiliência dessas comunidades e organizações. Para além dos resultados e dos impactos capturados pelo acompanhamento e monitoramento dos projetos no dia a dia do Programa, baseados em um conjunto de indicadores que orientam o trabalho da equipe técnica, como áreas conservadas, áreas sob manejo sustentável, total de famílias envolvidas, total de pessoas capacitadas, entre outros, nos chegaram também, pelos relatórios técnicos e contatos com os responsáveis pelos projetos, um outro conjunto de resultados e impactos qualitativos, sem indicadores previamente estipulados pelo nosso acompanhamento, mas nem por isso considerados menos importantes e relevantes.



Nas rodas de conversas virtuais e presenciais com as mulheres e lideranças, nas visitas aos projetos nos territórios, tomamos conhecimento de outros desdobramentos, resultados e desafios invisíveis, que nossas planilhas não conseguiam capturar. Sabíamos que uma dimensão muito particular e singular dos projetos estava colaborando para permitir que muitas mulheres se reencontrassem enquanto sujeitas de seus destinos e de suas organizações.

Nesse contexto foi proposto um estudo centrado numa análise qualitativa junto às experiências, às lideranças e às organizações apoiadas pelo PPP-ECOS, no âmbito do Programa Amazônia. Essa reflexão, desenvolvida pela especialista Ariane Favareto em diálogo com equipe do ISPN, identificou, sistematizou e analisou informações qualitativas e lições aprendidas vindas das mulheres de 23 organizações apoiadas, cujo resultado é o coração dessa publicação. Combinado a isso e como um passo metodológico do estudo, em maio de 2023 foi realizado em Brasília – DF, um encontro presencial, a Oficina Entre Mulheres: soluções para inclusão e protagonismo em projetos socioambientais. A oficina envolveu as mulheres desses projetos, assim como contou com a vibrante e significativa participação das mulheres e suas respectivas organizações vindas do Cerrado e da Caatinga, que





tiveram seus projetos PPP-ECOS apoiados pelo Programa Cerrado e Caatinga. Um momento potente e diverso, significativo para a própria história do Fundo PPP-ECOS, pois, pela primeira vez, conseguimos dialogar sobre a perspectiva singular das mulheres na execução dos projetos socioambientais.

Os resultados gerados serão apresentados nessa publicação, que se divide em 5 partes. No **capítulo 1** vamos entrar em contato com os principais resultados quantitativos dos projetos apoiados pelo PPP-ECOS, no âmbito do Programa, a fim de conhecer a dimensão objetiva dos projetos com relação à quantidade de mulheres envolvidas, quantidade de pessoas capacitadas, tamanho das áreas conservadas e manejadas, principais atividades desenvolvidas, entre outros.

No **capítulo 2** temos o resultado do estudo em si, com a apresentação de dados qualitativos, reunidos por recorte temático, como acesso às políticas públicas, conflitos e violências, protagonismo das mulheres e transformações na vida das mulheres a partir das ações dos projetos. Como se verá, a presente publicação reflete a realidade e as mazelas da condição social em que muitas mulheres estão imersas e as diversas opressões sobre suas vidas e existências ainda presentes nos territórios, como o significativo número de mulheres vítimas da violência doméstica, vítimas da desigualdade de representatividade política acometidas em suas próprias organizações, entre outras. Face este cenário, são apresentados os principais avanços e as transformações percebidas pelas mulheres como resultado dos projetos e também do amadurecimento de suas organizações e movimentos sociais.

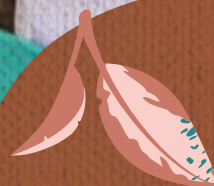
Os **capítulos 3 e 4** reúnem os resultados das discussões realizadas na Oficina Entre Mulheres e apresentam, respectivamente, os desafios das mulheres na gestão de projetos e as recomendações para os financiadores aumentarem a participação e o protagonismo das mu-



lheres nos projetos socioambientais. O **capítulo 5** traça considerações finais sobre a capacidade dos projetos em alavancar a melhoria de vida das mulheres e suas comunidades, assim como sobre a importância de mecanismos de democratização de acesso a recursos específicos e adequados às realidades dessas mulheres.

Por fim, nossos esforços, sintetizados nesta publicação, querem contribuir para dar visibilidade às várias dimensões que tocam e transformam a vida dessas mulheres e de suas organizações quando elas conseguem acessar recursos, executar projetos e realizar os sonhos de suas famílias e de suas comunidades. Além disso, quer contribuir para provocar a sociedade e o Estado, a fim de que haja ampliação e qualificação de iniciativas de financiamento para as mulheres.





1

Alcance dos projetos

Dados quantitativos



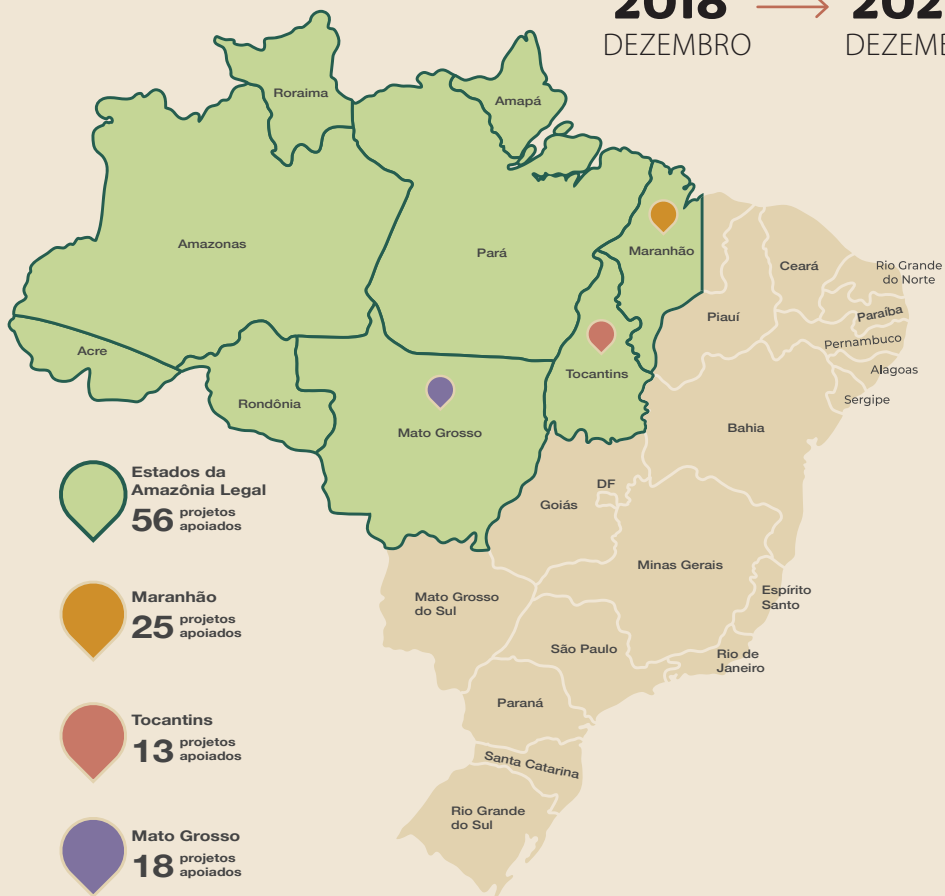


PPP-ECOS NA AMAZÔNIA FASE I

VISÃO GERAL DO PROJETO*

Período de execução

2018 → 2023
DEZEMBRO DEZEMBRO



Linhas temáticas

Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação.

Conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Recuperação de áreas desmatadas.

*Os indicadores aqui apresentados são resultados parciais dos projetos, contabilizados em julho de 2023.



Beneficiários

56

PROJETOS

53

ORGANIZAÇÕES
APOIADAS

113

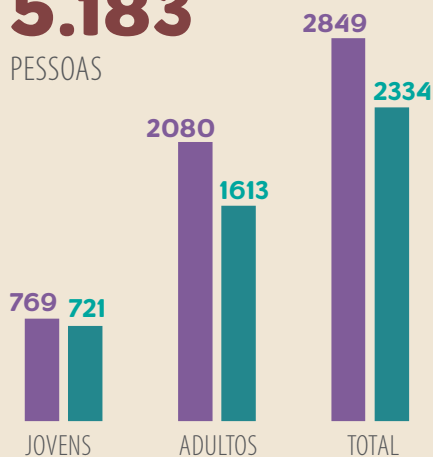
MUNICÍPIOS DA
AMAZÔNIA LEGAL

3.791

FAMÍLIAS
ENVOLVIDAS

5.183

PESSOAS



Mulheres

Homens

R\$11.344.107,50

INVESTIDOS NOS PROJETOS PELO PPP-ECOS
COM RECURSOS DO FUNDO AMAZÔNIA NOS
ESTADOS DO MA, TO E MT.

R\$3.764.732,12

DE CONTRAPARTIDA (FINANCEIRA E
NÃO FINANCEIRA) APLICADOS PELAS
ORGANIZAÇÕES PROPONENTES E
PARCEIRAS DOS PROJETOS

Público



POVOS INDÍGENAS



QUILOMBOLAS



QUEBRadeiras DE
COCO BABAÇU



PESCADORES ARTESANAIS



ASSENTADOS DA
REFORMA AGRÁRIA

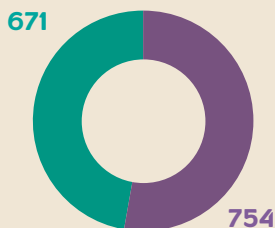


AGRICULTORES
FAMILIARES

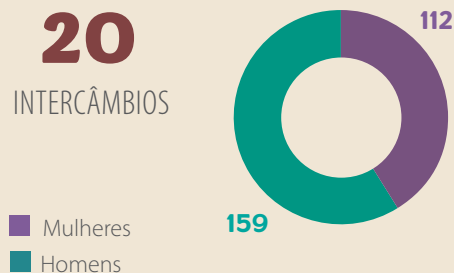


Formação de capacidades e trocas de conhecimentos realizadas no âmbito dos projetos apoiados

81
ATIVIDADES DE
CAPACITAÇÃO



20
INTERCÂMBIOS



Área de abrangência

2 BIOMAS ATINGIDOS **Amazônia e Cerrado**

30.310 ha

ÁREA DE
VEGETAÇÃO
NATURAL
DIRETAMENTE
MANEJADA

364,5 ha

ÁREA DE
RECUPERAÇÃO -
TÉCNICA SAF

154 ha

ÁREA DE
RECUPERAÇÃO
- TÉCNICA
REGENERAÇÃO

52 ha

ÁREA DE
RECUPERAÇÃO -
TÉCNICA PLANTIO /
ADENSAMENTO

646 ha

ÁREA COM
MANEJO
ECOLÓGICO DO
FOGO (HA)

2.264 ha

ÁREA COM
MANEJO
AGROECOLÓGICO
(HA)

Fortalecimento de atividades produtivas sustentáveis

36

AGROINDÚSTRIAS
COMUNITÁRIAS APOIADAS
(CONSTRUÇÃO, REFORMA,
AMPLIAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE
EQUIPAMENTOS)

Cadeias da sociobiodiversidade apoiadas

BABAÇU, CUMARU CAFÉ, PEQUI, MANGABA, MANGA,
HORTALIÇAS, BURITI, SEMENTES FLORESTAIS E
SEMENTES CRIOULAS, MANDIOCA, PRODUTOS DAS
ABELHAS, PIMENTA, GALINHA, AÇAÍ, BACURI, BARU,
JATOBÁ, TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA



2

*Para além dos
números*





Trazer à tona um olhar qualitativo representa uma iniciativa extremamente relevante por iluminar uma avaliação comumente negligenciada em projetos dessa natureza. Em geral, os projetos se concentram em indicadores quantitativos, indicando número de beneficiárias envolvidas e capacitadas, orientados para informar dados de renda. Do ponto de vista ambiental, concentram-se em número de hectares conservados e na diminuição do desmatamento. Sem dúvida, indicadores que necessitam ser monitorados. Contudo, acabam por não abordar questões específicas do universo das mulheres que só são possíveis de serem observadas a partir de uma análise qualitativa.

A abordagem qualitativa dos impactos e das lições aprendidas dos projetos apoiados pelo Fundo PPP-ECOS - Amazônia considerou a opinião das beneficiárias e da equipe do ISPN, por meio da realização de entrevistas e grupos focais das organizações proponentes de 23 projetos do PPP-ECOS apoiados pelo Fundo Amazônia.

Para orientar a investigação, foram priorizados alguns temas importantes para o avanço do protagonismo das mulheres, tanto no setor produtivo como na vida social, tratados pela literatura feminista como fundamentais a fim de que a sociedade possa convergir para um mundo mais justo e com equidade de gênero. São eles: acesso às políticas públicas, conflitos e violências, protagonismo das mulheres e percepções sobre mudanças advindas dos projetos.



2.1 Acesso às Políticas Públicas

As políticas públicas ganharam mais espaço no Brasil a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988, inclusive com a abertura para a sociedade civil participar efetivamente dos debates das principais pautas nas instâncias de representação. Contudo, entre 2015 e 2022, tanto a participação social como a implementação das políticas públicas ficaram altamente comprometidas no país. Esse processo ficou conhecido como “desmantelamento” ou “desmonte” de políticas públicas (Sabourin *et al*, 2020) que consiste em não acabar definitivamente com elas, mas torná-las impraticáveis a partir da diminuição de recursos, da capacidade estatal de efetivá-las e da disseminação de narrativas desacreditando sua eficácia.





Políticas Públicas

As políticas públicas são ações governamentais voltadas para melhoria ou aprimoramento de determinadas áreas ou setores. São pensadas e implementadas de modo a equalizar diferenciais postos na sociedade, ou seja, incidem em determinado contexto visando sua transformação. Podem ser direcionadas para grupos específicos – como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – ou de caráter universal, por exemplo, educação e saúde.

Em seu desenho, as políticas contam com etapas que passam pela identificação do problema público, planejamento da execução e implementação. Esta última etapa requer, ainda, processos de monitoramento e avaliação de modo a identificar lacunas e aferir os resultados alcançados. Em todas as etapas é desejável que haja participação do público beneficiário para que ocorra maior aderência e eficiência em sua implementação. Neste sentido, os movimentos sociais são de fundamental importância para levantamento de demandas e implementação das políticas. A população rural – e as mulheres – sabem muito bem disso, pois historicamente têm levantado e levado aos governos suas demandas para que sejam atendidas. As edições da Marcha das Margaridas vêm, ao longo das últimas décadas, representando um importante momento em que as pautas das mulheres do campo, das águas e da floresta são levadas à Brasília, impulsionando a formação de políticas públicas específicas para este público.



As mulheres beneficiárias dos projetos lembraram destes últimos anos como um período de dificuldade para acessar as políticas públicas, mas se encheram de esperança ao mencionar a nova gestão no governo federal e a abertura de novas possibilidades para agricultores familiares, povos indígenas, quilombolas e outras comunidades, sobretudo pela retomada do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), extinto em 2016, e pela recente criação do Ministério dos Povos Indígenas e do Ministério das Mulheres. Acreditam que estes espaços institucionais irão contribuir para que novas políticas sejam pensadas e implementadas coletivamente, como vinha acontecendo antes do processo de desmonte.



As políticas mais acessadas por elas são voltadas para comercialização e mercado de compras públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional para Alimentação Escolar (PNAE). Porém, não sem dificuldades.

Uma primeira dificuldade citada pelas mulheres diz respeito à ausência de informações sobre a disponibilidade e o acesso a políticas às quais elas podem ter direito. Esta deficiência esbarra em diversos outros entraves que elas enfrentam. Um exemplo muito citado foi a alteração da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), requisito para o acesso a diversas políticas públicas. Os principais critérios são os constantes na Lei nº 11.326 de 2006 que define a categoria agricultura familiar. Uma das principais dúvidas quanto ao CAF reside em sua validade também para as mulheres, já que com a DAP existia a possibilidade de validade para o conjunto da família.

O acesso a estas políticas deve ter menos exigências e se adequar à realidade das mulheres que, muitas vezes, não detêm o título de propriedade. Neste sentido, é preciso pensar políticas que fortaleçam as mulheres. A potencialização da titularidade conjunta ou em nome da mulher é essencial para elas terem direitos e acesso às políticas públi-

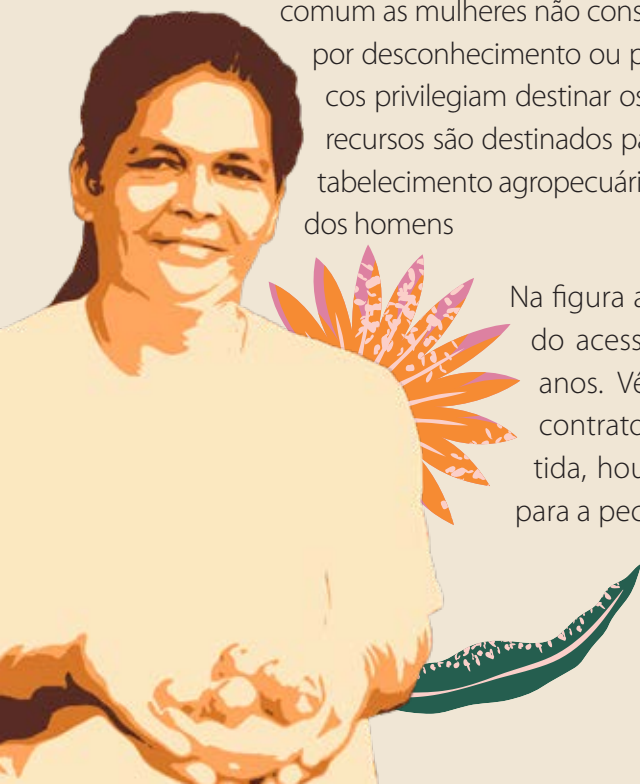




cas. Assim, acelerar a regularização fundiária de suas áreas é essencial para o desenvolvimento das comunidades.

Outra dificuldade apontada por elas é o excesso de documentação exigida para que tenham acesso às políticas. E isso varia bastante, tanto entre as instituições, como entre os governos locais, alguns deles menos exigentes que outros. A percepção das beneficiárias dialoga com a literatura sobre o tema que trata da autonomia que os profissionais que aplicam as políticas públicas possuem (Lotta, 2012). Ou seja, mesmo que as políticas tenham regras e critérios gerais de implementação, os agentes que estão na ponta do processo e são responsáveis por executar a política – e têm contato direto com os beneficiários destas políticas – têm certa autonomia para definir como a política será implementada podendo, inclusive, ter influência de suas escolhas individuais, muitas vezes carregadas de determinados valores e preconceitos.

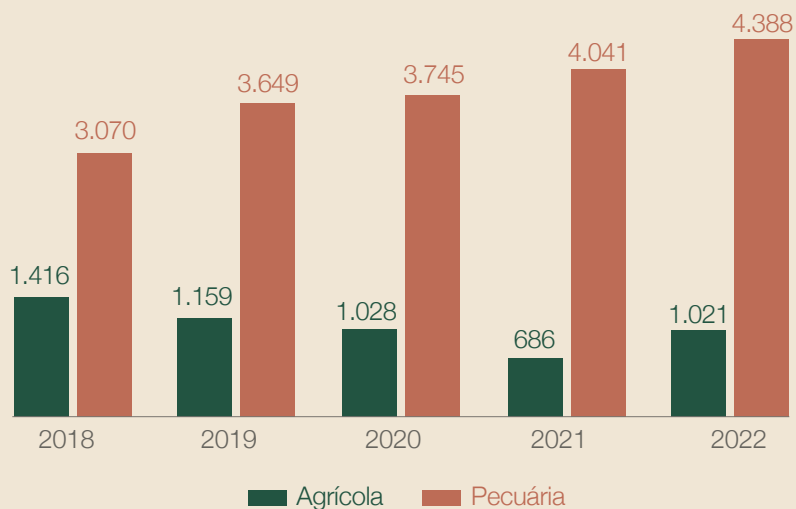
O acesso ao crédito é um bom exemplo disso. Mesmo existindo uma linha específica de recursos públicos voltado para elas, o Pronaf-Mulher, é comum as mulheres não conseguirem ter acesso a esse programa, seja por desconhecimento ou porque os funcionários dos bancos públicos privilegiam destinar os empréstimos aos homens, ou, ainda, os recursos são destinados para fomentar a principal produção do estabelecimento agropecuário que, geralmente, é de responsabilidade dos homens



Na figura a seguir é possível visualizar a evolução do acesso ao Pronaf-Mulher nos últimos cinco anos. Vê-se que houve uma diminuição dos contratos na atividade agrícola. Em contrapartida, houve aumento nos contratos destinados para a pecuária.



Figura 1. Evolução do número de contratos realizados para o Sub-programa Pronaf-Mulher, por atividade (2018 a 2022)



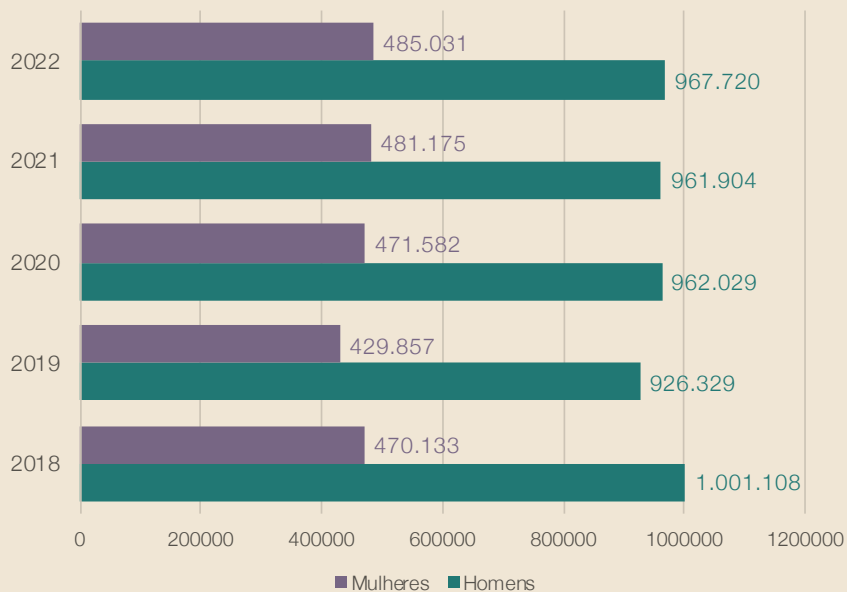
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Banco Central. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>, acesso em nov/2023

No que se refere aos dados do Pronaf em geral, a figura abaixo demonstra que o acesso por parte dos homens é significativamente superior ao das mulheres, tanto em número de contratos quanto em valor. Vale lembrar outro importante diferencial destes dados que se refere à região do país. Embora o número de contratos no Nordeste seja maior, os valores destinados são superiores na região Sul, ou seja, há uma concentração dos recursos para os homens da região Sul.



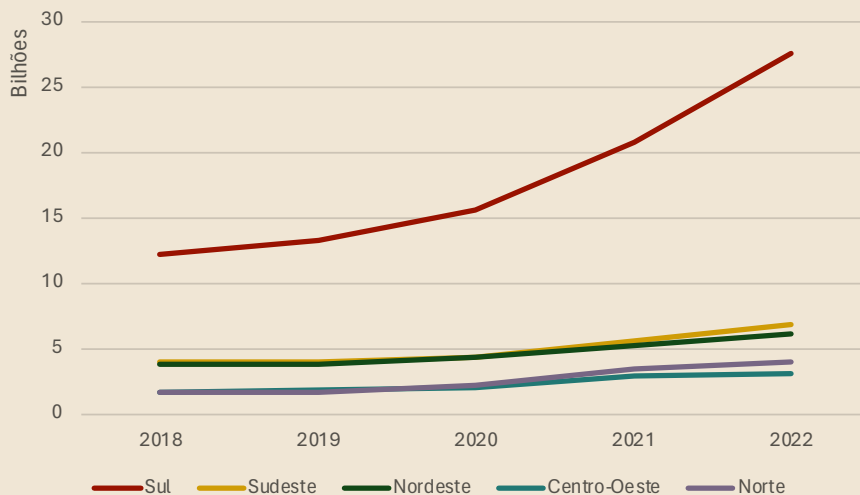


Figura 2. Evolução do número de contratos realizados para o Programa Pronaf, por sexo (2018 a 2022)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Banco Central. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br>, acesso em nov/2023

Figura 3. Evolução do valor dos contratos realizados para o Programa Pronaf, por região (2018 a 2022)



Outro exemplo é o da assistência técnica pública. Quando disponível, o técnico agropecuário geralmente se dirige ao produtor, negligenciando a força e a importância produtiva da mulher no contexto familiar que se dá no dia a dia no manejo dos quintais e nos cuidados com pequenos animais. A precarização e a ausência de um sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que atenda às necessidades e à diversidade da realidade das mulheres, acabam por sobrecarregar as organizações da sociedade civil que têm que acumular tarefas deste tipo.

Mesmo quando elas conseguem ter acesso às políticas, esbarram em dificuldades para sua plena execução. Algumas beneficiárias relataram que não conseguem oferecer seus produtos para a merenda escolar porque as prefeituras exigem que haja entrega diretamente nas escolas e elas não têm capacidade para isso. O motivo não se refere à ausência de volume de produção ou tempo para realizar a atividade, mas à falta da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para poderem conduzir um veículo e levar a produção até o local determinado. Em geral, no meio rural, quem possui habilitação para dirigir são os homens e as mulheres dependem deles para se locomover por longas distâncias, inviabilizando sua autonomia de decisão para a entrega de produtos longe de suas casas. Algumas mulheres declararam que os homens até levam os produtos aos locais combinados, mas cobram um preço por isso, diminuindo a margem de lucro que poderiam obter, o que acaba por alimentar uma relação de dependência.

Além disso, muitas prefeituras e seus nutricionistas desconhecem a diversidade de produtos que a agricultura familiar e as comunidades locais produzem e preferem realizar a compra em outros municípios ou, ainda, priorizam a compra de industrializados. Dessa forma, não alcançam a legislação que prevê que 30% dos produtos destinados à merenda escolar sejam oriundos dos agricultores familiares, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, perdendo, assim, a oportunidade de oferecer alimentos mais frescos e saudáveis para





crianças e adolescentes e de contribuir para a valorização dos produtos locais.

As mulheres beneficiárias dos projetos também se lembraram de outras políticas públicas que conhecem, mas que não conseguem ou têm muita dificuldade em acessar. Deram como exemplo a moradia, a saúde, a educação, a cultura e o acesso à água e à eletricidade, estas últimas fundamentais, inclusive, para viabilizar a produção e o beneficiamento que têm potencial de elevação de renda. Além disso, indicaram novas demandas como acesso à internet de qualidade, equipamentos de informática, o que para se tornar viável dependeria da criação e da implementação de novas políticas públicas no meio rural. Tal demanda foi altamente impulsionada durante a pandemia de Covid-19 que exigiu distanciamento físico e estratégias inovadoras para continuar a comercialização, uma vez que as feiras locais haviam sido canceladas, assim como outras formas de comercialização. A venda por aplicativo tornou-se um caminho viável e que continua até hoje, mas necessita de aprimoramento para continuar sendo realizada e alcançar um público maior.

Outro ponto importante a ser destacado é que os modelos de desenvolvimento pelos quais o país optou privilegiaram a concentração de infraestrutura nas grandes cidades e na região Centro-Sul, deixando às outras regiões e, especialmente às áreas rurais, um passivo em equipamentos e acesso aos serviços públicos, como por exemplo, o acesso à energia de qualidade. Nos locais em que os projetos foram implementados essa realidade é evidente na distância entre as comunidades e os locais de comercialização, na infraestrutura precarizada, dificultando o trabalho das organizações em realizar um acompanhamento mais cotidiano das ações, bem como no escoamento da produção. A má conservação das estradas inviabiliza, por exemplo, o tráfego durante alguns períodos do ano. Além disso, a qualidade de serviços básicos como acesso à água potável e energia elétrica nem sempre são satisfatórios e podem até comprometer a utilização de determinados equipamentos.



O Brasil é um país continental e há muita diversidade e realidades distintas em todas as suas regiões. Por outro lado, as legislações são únicas para todo o território nacional e devem ser respeitadas por todos. Esse é o caso da legislação sanitária que é bastante rígida de modo a garantir a regularização, controle e fiscalização das atividades visando a saúde da população. Porém, estas leis e procedimentos desconhecem as diferentes formas de acesso à informação e à capacidade de adequação de pequenas agroindústrias. É necessário pensar em formas de apresentar aos agricultores familiares e as comunidades tradicionais o conhecimento necessário para poderem executá-la da melhor forma possível, sem inviabilizar os pequenos negócios. Esta é uma dificuldade bastante comum citada pelas organizações proponentes dos projetos que não conseguiram obter os registros necessários para ampliar os canais de comercialização dos produtos beneficiados em pequena escala. As mulheres beneficiárias reforçam essa dificuldade somando a isso entraves relativos à obtenção de certificação dos produtos agroecológicos e orgânicos, o que poderia elevar o preço obtido na venda, mas também aumentar sua renda.

Se por um lado, como elas mesmas relatam, há várias dificuldades persistentes para que as mulheres se insiram nas políticas públicas, ou consigam acessá-las, por outro lado, é possível concluir que a participação delas nas atividades e ações dos projetos contribuíram para, ao menos, amenizar algumas destas dificuldades.

As exigências documentais para o desenvolvimento dos projetos contribuíram, de certa forma, para as organizações e, conseqüentemente, as mulheres beneficiárias estarem aptas a terem acesso às políticas públicas. Mesmo não sendo objetivo direto dos projetos analisados, a troca de informações sobre as políticas públicas passou a ser mais frequente entre as mulheres que começaram a ocupar outros espaços e interagir entre si e com outras instituições coletivas, como a própria organização proponente dos projetos, sindicatos, prefeituras e outros espaços coletivos.



“**A comunidade estava muito parada, não tinha nada. A gente não sabia mexer com PAA, PNAE. A partir do momento que aparecem os editais, foram formando os grupos e fomos chamando mais mulheres para não ficar só um grupinho, não pode ficar centralizado, tem que envolver todo mundo. Tem que ir além da produção, tem que explicar o que é um grupo de mulheres”.** (Elinalva Moreira dos Santos, quilombola)

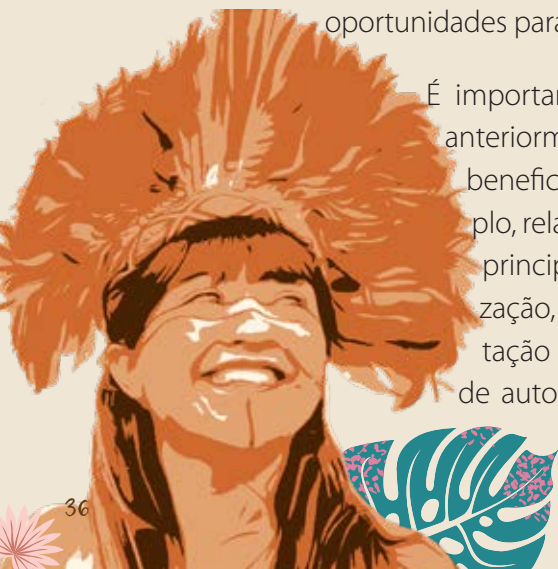
A formação de redes de cooperação é fundamental para que as mulheres tenham mais acesso a informações sobre seus direitos e políticas disponíveis. Elas citam, por exemplo, parcerias com Universidades e Institutos Federais como um caminho frutífero para o acesso às políticas. Além disso, o acesso aos mercados de compras públicas vem se mostrando como um caminho quase natural para viabilizar a comercialização dos produtos. Fundamental, portanto, é a reconstrução e o fortalecimento destas políticas para que mais mulheres possam aumentar suas rendas, observando as dificuldades já expostas para seu aprimoramento e maior alcance.



Ao se inserirem nas políticas, elas relatam que houve maior organização e um melhoramento da gestão da produção, pois essas práticas são essenciais para manter a entrega dentro do prazo estabelecido, requerendo um planejamento operacional por parte delas. Também por meio das ações dos projetos, as mulheres conseguiram ampliar e diversificar a produção, além de promover seu beneficiamento. Com isso, foi possível alcançar outros canais de comercialização e, conseqüentemente, aumentar seus ganhos financeiros. Além da venda, estas ações contribuem efetivamente para a segurança alimentar das famílias.

Os representantes das organizações proponentes dos projetos também consideraram que a ampliação da comercialização para além dos mercados institucionais incrementou os processos de venda coletiva, o que tende a continuar, inclusive na busca de novos mercados. Esta ação possibilitou que os produtos fossem direcionados para além dos mercados institucionais, que perderam força com o desmantelamento de políticas públicas ocorrido nos últimos anos no país (2019 a 2022). Não depender de um único canal de vendas é estratégico para este público. No entanto, cabe destacar que mesmo tendo outras possibilidades para vender os produtos, o fortalecimento das políticas públicas foi considerado como essencial para a continuidade de melhorias na qualidade de vida e no sistema produtivo. Além dos mercados de compras públicas, o acesso à assistência técnica, ao crédito e à comercialização é essencial para a manutenção dos ganhos obtidos com os projetos, bem como para ampliar as oportunidades para outras mulheres e jovens.

É importante ressaltar, contudo, que o exposto anteriormente não se aplica a todas as mulheres beneficiárias. As mulheres indígenas, por exemplo, relatam não ter acesso às políticas públicas, principalmente às voltadas para a comercialização, pela dificuldade em obter a documentação necessária que, segundo elas, depende de autorização da Funai. Elas também relatam





sofrer preconceito nas tentativas de comercializar seus produtos em feiras locais e não conseguirem escoar a produção para além de suas próprias comunidades. Reforça-se, portanto, a necessidade de que as políticas consigam contribuir e responder, também, às especificidades dos contextos e das realidades que muitas mulheres vivenciam em todo o território nacional.



“**Na aldeia temos o direito de uso da terra e não conseguimos acessar políticas públicas de crédito porque não temos garantias. A terra é da União. Tem atividades que poderiam ser exercidas, mas há dificuldades. O caminho para ter políticas é o acesso coletivo, via associação” (Amairé Kaiabi Suia, indígena)**

Em resumo...

- ❖ É necessário ter acesso a mais informações sobre as Políticas Públicas para que as mulheres possam ampliar sua inserção e conhecer seus direitos;
- ❖ É preciso maior divulgação da produção dessas mulheres junto às prefeituras para viabilizar maior acesso ao PNAE e PAA;
- ❖ É fundamental a formação de agentes públicos para abordagem correta com as mulheres;
- ❖ É indispensável ampliar o acesso das mulheres à Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- ❖ É essencial respeitar a diversidade dos grupos de mulheres no acesso às políticas de modo a ampliá-la e fortalecer suas identidades de acordo com suas realidades;
- ❖ As ações dos projetos ampliam as possibilidades de acesso às políticas públicas e promovem troca de informação.



2.2 Conflitos e Violências

Durante muito tempo o tema da violência – sobretudo a violência doméstica – foi silenciado na esfera pública. Sob o conhecido jargão de que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, os casos foram abafados e muitas mulheres perderam suas vidas sem que o agressor fosse julgado por isso.

Se por um lado parece estar ocorrendo uma mudança de paradigma sobre o tema da violência contra as mulheres, passando dos limites da esfera doméstica para a esfera pública, do outro, os números que traduzem os casos são alarmantes. Pesquisa realizada pelo Datafolha e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2023, indica que 65% da população brasileira percebe que houve um aumento da violência contra mulheres no último ano. Para além da percepção, 52% da população já testemunhou algum caso de violência envolvendo mulheres e meninas. A grande maioria deles ocorre dentro da casa da própria vítima.

A violência doméstica, foi creditada, sobretudo, ao uso abusivo de álcool por parte de seus companheiros. Elas citaram tanto a violência física, como tapas e empurrões, como a violência simbólica expressa na diminuição de suas capacidades, na interrupção de suas falas, na limitação de sua liberdade em escolher suas próprias roupas e na não aceitação da participação delas nos movimentos sociais e nas associações, bem como a proibição para estudarem e se capacitarem. Ainda sobre este tema, elas comentaram sobre a proibição de fazer uso de métodos contraceptivos. Apesar de elas fazerem menção a essa realidade no contexto da violência doméstica em geral, cabe mencionar que se trata de violência sexual.

A todo esse cenário, adiciona-se a dificuldade que elas encontram para fazer denúncias, pois boa parte dos municípios não conta com delegacias especializadas. Ademais, as mulheres têm dificuldades emocionais em formalizar uma denúncia, seja pelo medo de retaliação, pela falta de atendimento especializado, que culpabiliza a mulher, ou até mesmo pela dificuldade de identificarem que estão em situação de violência. Uma participante, contudo, lembrou-nos de outros mecanismos que podem ser acionados, como o Conselho da Mulher e as patrulhas Maria da Penha, que são serviços possíveis de serem solicitados junto às prefeituras das cidades que ainda não os possuem.





Ações de enfrentamento à violência contra mulheres

No Brasil, a primeira Delegacia da Mulher foi criada em 1985, mesmo ano de criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão que era ligado ao Ministério da Justiça. Com o objetivo de acolher de forma especializada as vítimas de violência física, moral ou sexual, as delegacias também passaram a encaminhar as mulheres para atendimento psicológico. Apesar desse avanço ao tratar o tema e da disponibilização de um serviço específico e especializado, atualmente, mais de 90% dos municípios brasileiros não têm delegacias voltadas para o atendimento de mulheres vítimas de violência (<https://azmina.com.br/projetos/delegacia-da-mulher/>)

Os anos 2000 marcaram avanços no arcabouço jurídico que trata sobre violência contra as mulheres. Em 2006 foi promulgada a Lei Maria da Penha que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e altera o código penal, prevendo a prisão do agressor. Em 2015 foi aprovada a Lei do Feminicídio que inclui os homicídios praticados contra mulheres como crime hediondo. Em 2011 a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres lançou a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Em setembro de 2023 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou lei que destina um auxílio-aluguel para mulheres vítimas de violência.

Além destas ações institucionais locais foi iniciado um movimento mundial de denúncias contra agressões e abusos sexuais que ficou conhecido como o “movimento Me Too”, ação viral que se espalhou pela internet impulsionado pela confissão de celebridades que já haviam sofrido algum tipo de abuso. Este movimento fez com que as mulheres do mundo todo se identificassem com uma causa comum entre elas, tornando o tema da violência mais palatável e urgente. Com isso, a consciência de que este é um problema de todas e todos e que necessita da união de esforços para que seja resolvido ficou evidente, aumentando a compreensão de que toda a sociedade é responsável por proteger as mulheres de qualquer tipo de violência.



Se a violência contra as mulheres, em geral, é percebida por toda a sociedade, quando utiliza-se as áreas rurais como recorte, vê-se um agravamento da questão. Relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) sobre conflitos no campo indica que, em 2021, foram registrados 1.768 conflitos, ano em que ocorreram 35 assassinatos. Indígenas, quilombolas e posseiros são os mais atingidos pelos conflitos. Especificamente sobre as mulheres, Ribeiro e Silva (2021) destacam que as duas principais violências contra mulheres em conflitos no campo são a ameaça de morte e a intimidação, e representam respectivamente, 31,25% e 13,54% das violências vivenciadas por elas.

Para as mulheres beneficiárias dos projetos, a violência doméstica e as violências sofridas em seus territórios foram as mais citadas, independentemente da localização geográfica ou da identidade das mulheres, o que diversificou foi a paisagem em que elas vivem e trabalham e o local em que as disputas e os conflitos com os modelos de desenvolvimento se dão. Seja no contexto da monocultura de milho, de soja e de eucalipto que impede as quebradeiras de coco babaçu de terem acesso aos babaçuais, ou as mulheres das comunidades de fundo de fecho de pastos e agricultoras de criarem seus animais, produzirem com tranquilidade seus alimentos; seja no contexto do avanço da mineração e da extração de madeira que impedem igualmente as indígenas de exercerem suas práticas tradicionais livremente, o resultado é o mesmo: as mulheres deixam de ter a possibilidade de se reproduzir social e economicamente ao serem cerceadas de seus territórios, seja, fisicamente, na limitação do espaço de circulação, ou pela intensificação no uso de agrotóxicos que contaminam as suas produções, o solo, o ar e a água.

São inúmeras as denúncias que ocorrem nos mais diversos territórios em conflito. Elas vão desde a venda de terra para grupos de fora que expulsam as famílias de suas propriedades, fraudes em cartórios que evidenciam a grilagem de terras, compra de terras dos assentados, até estupro e espancamento de mulheres. Todos estes fatos são de-





correntes da não resolução da chamada questão agrária brasileira¹, da mesma forma derivam da não regularização fundiária dos territórios indígenas e das comunidades tradicionais, gerando insegurança e diminuindo a capacidade das mulheres de investir em suas produções. Algumas associações atuam na mediação de conflitos, especialmente os relacionados ao território, mas seu poder de resolução é baixo, dada a dimensão do problema.

As organizações proponentes dos projetos consideram que essa realidade representa um desafio para o desenvolvimento de ações em determinadas comunidades. As denúncias de apropriação indevida de terras de povos indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e agricultores familiares foram multiplicadas exponencialmente no período recente. Os conflitos gerados pelo avanço do agronegócio são inúmeros e deixam marcas permanentes para os povos que têm suas vidas profundamente afetadas. As mulheres são as mais atingidas em situações de conflito nos territórios pelo avanço – na maioria das vezes ilegal – do monocultivo, pecuária e mineração nas áreas em que vivem e trabalham. São elas (e seus filhos e suas filhas) que passam a maior parte do tempo em casa e, portanto, estão mais sujeitas à violência por parte de homens invasores de suas propriedades. Esta insegurança impede que as atividades desenvolvidas alcancem sua plenitude nas condições de melhoria de vida da população que sofre com estes abusos.

Tais dificuldades, contudo, não impediram que as atividades dos projetos fossem desenvolvidas, mas representam entraves estruturais que devem ser contornados pelas organizações que, muitas vezes, não possuem capacidade técnica e financeira para isso, pois se tratam de questões que superam os limites territoriais onde atuam.


¹ A questão agrária no Brasil vem sendo discutida por diversos autores. Em geral o argumento é que os conflitos agrários têm origem no modo de ocupação e nas estratégias de desenvolvimento adotadas pelo país. Nestes termos, não dá para pensar a questão agrária dissociando-a de uma visão política e econômica. Para uma análise sobre esse tema, ver: DELGADO (2005). Neste tema, inclui-se a ausência da realização da reforma agrária, subsídios econômicos para grandes produtores e incentivos para a exploração de novas fronteiras agrícolas.





Superando os entraves

A Lei do Babaçu Livre, que proíbe a derrubada da palmeira e estabelece critérios para sua exploração, é um exemplo de inovação e resultado da luta das mulheres quebradeiras de coco. Pauta de longa data do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), cujo projeto em nível nacional tramita no Congresso desde 2007, esta vitória demonstra que a ação coletiva é fundamental para a conquista de direitos. Resta ainda ampliar a abrangência da legislação e monitorar o seu cumprimento.



Outro tipo de violência bastante debatido diz respeito ao que elas sofrem dentro das instituições, associações, sindicatos e mesmo nas comunidades ao desenvolverem suas atividades de liderança. Não foram poucos os relatos de pressões a que elas foram submetidas e que muitas vezes as levaram ao adoecimento físico e mental, uma das faces da chamada violência institucional. Para elas, os homens sentem-se como donos destes espaços e não querem renunciar ao poder que conseguem ali exercer. O desafio diário de enfrentá-los apoia-se na possibilidade de haver uma mudança efetiva, como disse uma das participantes: ***“nós mulheres temos que ter resistência para que outras mulheres sejam resistentes”***. Ou seja, elas agarram-se à possibilidade de seu sofrimento ser apaziguado imaginando que, com isso, outras mulheres não terão que passar pela mesma situação.




“**Muitas de nós passaram por momentos difíceis. O xingamento, o desrespeito que eu passei, vocês talvez não tenham mais que passar. Esse processo de ganhar confiança, de ter espaço já foi conquistado. Quero continuar fazendo esse trabalho, passando informação e formando cada vez mais mulheres para que elas tenham cada vez mais oportunidades”.** (Amairé Kaiabi Suia, indígena)




De uma maneira geral, todas as mulheres identificaram que passam, ao longo de suas trajetórias, por algum tipo de violência, mas é preciso salientar que cada grupo está inserido em realidades distintas. Por exemplo, as mulheres quilombolas relataram que, além da violência sofrida por serem mulheres, ainda são alvo do racismo presente em toda a sociedade. A percepção delas está de acordo com o já citado relatório da CPT no qual as autoras destacam que as mulheres quilombolas enfrentam mais humilhação que os homens quilombolas (Ribeiro e Silva, 2021).

Outra particularidade diz respeito às mulheres indígenas que enfrentam e sofrem violências em suas comunidades e, violências externas, de invasores que se apropriam de seus territórios. As dificuldades delas em levar informação às aldeias são muitas, desde a distância até o tipo de abordagem. Há desafios em se tratar do tema que muitas vezes não é discutido conforme as realidades locais para que haja compreensão e engajamento junto aos indígenas. Uma das participantes relatou a necessidade de “adaptar” o tema da violência para poder abordá-lo e não afugentar as pessoas de modo que consigam junto à comunidade pensar e construir alternativas para fomentar este debate.





Em março de 2021 nasce a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade - ANMIGA, a partir de uma mobilização das organizações de mulheres indígenas do Brasil. O pontapé inicial para o surgimento da articulação foi a realização das duas marchas das mulheres indígenas que aconteceram em 2019 e 2021, em Brasília-DF. Os eventos reuniram mais de 3 mil mulheres indígenas de todo Brasil e trouxeram à tona as principais reivindicações das mulheres indígenas conforme suas realidades e diversidades. Pautas como violência contra a mulher indígena dentro e fora dos territórios, falta de oportunidades de estudos, empregos, além de questões como a demarcação de terras indígenas e outros direitos constitucionais, foram amplamente debatidas e estruturadas como pautas das indígenas e suas organizações. A fim de organizar e articular melhor essa luta, as lideranças mulheres fundaram a ANMIGA, que se configurou numa forma de se movimentarem estrategicamente para realizar suas incidências políticas numa rede de protagonismo comunitário de mulheres indígenas nos seis biomas no Brasil: Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal e Caatinga.



Por meio da ANMIGA as mulheres indígenas reivindicam que suas demandas sejam vistas numa perspectiva interseccional, que leva em consideração não somente a invisibilidade dentro do movimento indígena, mas também fora, em situações onde, enquanto mulheres e indígenas suas chances de serem reconhecidas e valorizadas são muito menores. Elas também pontuam que sua luta em diversos caminhos converge com o de mulheres negras, da cidade, do campo e de outros segmentos sociais, mas também reforçam o olhar específico que marca as diferenças.



No caso das culturas indígenas não há exatamente uma separação entre os papéis de homens e mulheres. Nessas sociedades a divisão social do trabalho entre gêneros é complementar um ao outro e é pautada pelas cosmologias milenares de cada cultura e pelas suas organizações sociais. Portanto, o movimento indígena de mulheres no Brasil se estrutura em atenção a essa forma de se organizar culturalmente como um movimento único com características próprias constituídas a partir de uma jornada de aprendizagem levando em conta seus papéis e experiências enquanto indígenas e mulheres.

Em todos os grupos, as mulheres citaram que a violência é estrutural e naturalizada, por outro lado, só a informação pode libertá-las destes processos e este não é um trabalho fácil nas comunidades em que atuam, pois muitas mulheres não identificam que sofrem abusos e violências em seus cotidianos. Além disso, pela maneira em que foram socializadas e aprenderam a lidar com a realidade social, algumas mulheres ainda acreditam na culpa da vítima, entendendo que determinados tipos de comportamento justificam agressões.

Neste sentido, os projetos foram fundamentais para o acesso de muitas mulheres à informação. As capacitações realizadas pelos projetos proporcionaram espaços onde as mulheres conseguiram conversar entre si com segurança, se abrir e refletir sobre suas próprias vivências, conseguiram dialogar e identificar as práticas de violência de que são vítimas, conseguiram, ao enxergar violências em comum, desenvolver um sentido de pertencimento nesse mundo. Com isso, é possível contribuir para diminuir suas dores, bem como seu adoecimento.

Portanto, mesmo não sendo objeto direto dos projetos financiados, as atividades desenvolvidas, baseadas na capacitação, na formação, são capazes de informar e, ao menos, dirimir os efeitos causados pelos processos conflituosos e violentos pelos quais as mulheres passam.



Em resumo...



- ❖ A violência doméstica e os conflitos no campo foram as formas de violência mais citadas pelas beneficiárias;
- ❖ A violência política que as mulheres sofrem dentro dos sindicatos e associações são capazes de adoecê-las;
- ❖ As diferentes realidades e contextos em que as mulheres estão inseridas tornam os processos violentos e discriminatórios mais complexos;
- ❖ Os instrumentos de denúncia e acolhimento das mulheres vítimas de violência ainda são limitados;
- ❖ Os projetos contribuem para disseminar informações, fazendo-as identificar como violência situações enfrentadas no cotidiano;
- ❖ Os projetos são capazes de criar espaços de acolhimento e troca de experiências entre elas.



2.3 Protagonismo das Mulheres

O terceiro tema debatido junto às beneficiárias refere-se ao protagonismo. É interessante observar como a interpretação do que significa protagonismo das mulheres beneficiárias dos projetos é ampla e envolve vários temas que vão desde a independência financeira até ao fato de conseguirem falar em público.

Até os anos 1980 não se traduzia a posição das mulheres que viviam e trabalhavam em áreas rurais como sendo protagonistas. Os estudos dedicados ao mundo rural se concentravam em análises sobre o estabelecimento agropecuário e no trabalho familiar, fazendo com que as mulheres fossem mais um componente na engrenagem da produção agrícola. A partir deste período, inaugura-se uma nova perspectiva para os estudos sobre as mulheres, tendo como pano de fundo os movimentos sociais que reivindicavam um maior reconhecimento para as agricultoras e os direitos associados ao exercício de suas atividades como a sindicalização, a previdência social e o salário maternidade (Siliprandi, 2013). Além da pauta relacionada aos direitos trabalhistas, outras questões surgiram como a diversificação das atividades, a garantia da reprodução social dos agricultores, a subordinação das mulheres nas relações com os homens e a representatividade das mulheres na política e nos sindicatos (Gaspareto e Menezes, 2013).

É neste mesmo período que diversos movimentos relacionados às mulheres rurais são constituídos e ao longo dos anos outras pautas vão ganhando espaço na agenda das lutas dessas mulheres, como por exemplo, os cuidados com a saúde, a valorização das atividades ligadas ao cuidado, a valorização e o acesso à alimentação saudável e livre de agrotóxicos, o resgate de sementes crioulas, a valorização dos saberes tradicionais e a produção agroecológica².

² Em artigo que trata sobre as mulheres na produção agroecológica, Favareto (2022) demonstra como a alteração do manejo convencional para o agroecológico alterou o campo de possibilidades postos para mulheres rurais que passaram a ser protagonistas na produção e na participação social em um município do interior paulista ao comercializar seus produtos via mercado de compras públicas.





“Comecei na liderança em 1980. Eu trabalhava de secretária numa escola, em Imperatriz, e fui convidada a fazer um serviço de aula de corte e costura, depois fui fazendo outras coisas e acabei me tornando liderança na catequese, nas escolas. Mudei para o estado do Tocantins e o pessoal da comunidade me botou de dirigente da comunidade em clube de mães, grupo de jovens, animava a comunidade. Era tudo parado e eu animei e o pessoal da CPT me puxou para outras coisas (...) Em 1992, no sindicato era só homem e a gente foi vendo que a gente precisava se organizar para não derrubar a palmeira, que pagavam pouco no coco, a gente se juntou e trabalhamos a questão da mulher”. (Maria do Socorro, quebradeira de coco babaçu)



Logo a seguir, nos próximos parágrafos, será possível perceber que todos estes temas citados na literatura são mencionados pelas beneficiárias dos projetos e estão, em menor ou maior grau, relacionados ao protagonismo das mulheres rurais e cada vez mais dialogam também com a realidade de mulheres indígenas e de mulheres de povos e comunidades tradicionais no presente.

A aquisição de uma renda própria foi citada pelas beneficiárias como uma das razões para as mulheres conseguirem exercer protagonismo em suas vidas, seja na esfera produtiva ou nas relações familiares. Mais que isso, a oportunidade de ter algum recurso financeiro vindo das atividades que elas já exerciam representa, também, um ganho subjetivo ao lhes proporcionar mais visibilidade no interior dos estabelecimentos e nas comunidades onde vivem e produzem.



O acesso às políticas públicas voltadas à comercialização são fundamentais para o aumento na renda das mulheres. Mas, é na possibilidade de vender seus produtos, oriundos da riqueza de seus quintais, que é germinado o maior orgulho dessas mulheres e o sentimento de estar a frente de sua vida, de ser protagonista. Isso se dá pelo fato de que há um estímulo para que elas continuem desempenhando suas atividades, valorizando suas formas de vida e suas formas de fazer, daquilo que já fizeram ao longo de toda a sua existência, e que deriva de aprendizados contínuos que tiveram com suas mães e avós. Aqui, o valor monetário dos produtos passa a ter, também, um valor social perante a comunidade.

Portanto, lembram as mulheres, há uma forte associação entre a possibilidade da independência financeira e os percursos formativos pelos quais elas passaram graças às ações dos projetos. Nas capacitações elas tiveram a oportunidade de obter mais conhecimento, fundamental para compreenderem suas próprias condições de ser mulher e obter as ferramentas necessárias para mudar a realidade em que vivem. A partir do conhecimento adquirido, elas foram capazes de se organizar e construir seus próprios projetos a partir de suas





demandas, isso contribui efetivamente nos processos de tomada de decisão. Além disso, as capacitações permitiram que elas vislumbrassem a necessidade de se organizar e, juntas, promover acolhimento e troca entre elas, ações fundamentais para se sentirem protagonistas.

Como citou uma das mulheres: *“Ainda estamos entendendo o que é protagonismo das mulheres. A única certeza é que é preciso compartilhar o conhecimento”*. E essa partilha envolve também as mulheres jovens, para que elas possam trilhar novos caminhos a partir do que já foi aprendido e continuarem a luta de serem protagonistas de seus destinos, diminuindo cada vez mais a distância que as separa da equidade de gênero.

A conquista de espaços que antes não eram ocupados por elas também foram citados como oportunidades para elas exercerem maior protagonismo e isso se refere tanto ao espaço produtivo, quando passam a comercializar os produtos, mas também aos espaços institucionais e de execução dos projetos. Para as mulheres beneficiárias se colocarem à frente dos projetos significa que elas estão atuando e colaborando para o desenvolvimento de suas comunidades e isso se reflete no desenvolvimento do município e até mesmo do país, ao tratar tanto das atividades produtivas quanto da preservação ambiental.

Com as ações dos projetos, elas também passaram a ocupar cargos de direção nas associações, nos sindicatos e nos conselhos municipais, passando de representadas para representantes de outras mulheres nestes locais. Neste sentido, mulheres indígenas citaram o protagonismo de mulheres que são caciques exercendo, assim, forte representatividade de todas as mulheres em suas aldeias. Algumas beneficiárias citaram que a partir das atividades dos projetos sentiram a necessidade de criar associações só com a presença de mulheres para poderem direcionar os esforços e construir formas mais efetivas de transformação de suas realidades, bem como buscar novos editais para responder a estas expectativas.



Ainda sobre representatividade, elas lembraram a nós que nem todas as mulheres que ocupam os espaços legislativos e executivos são capazes de representá-las, justamente porque não compreendem suas trajetórias e mesmo por terem outra visão de mundo que não dialogam com os princípios de coletividade e de partilha, valores que são muito presentes na vida destas mulheres. Esse é um importante debate que vem ganhando corpo, principalmente no período eleitoral.

É preciso lembrar, contudo, que esse lugar de protagonismo não foi alcançado com tranquilidade. Se expressarem livremente, se fizerem ouvir, poderem participar das inúmeras atividades que permeiam a participação social em todas as esferas, teve e continua a ter um preço. As beneficiárias citaram que para conseguirem estar presentes nos eventos é preciso muita organização e até negociação com seus companheiros. A realidade de seus cotidianos, onde são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado, faz com que elas tenham que administrar o tempo que elas dedicam a todas estas tarefas.





“Meu dia são meus dias porque vários num só. Eu acordo, faço a merenda, dou de comer para os bichos: pato, galinha, porco, bode, peixe. Dar de comer para eles, para os trabalhadores, para as crianças, aí eu vou para a roça. Planto arroz, milho, feijão, fava, mandioca. No dia em que eu vou para o babaçu tem ajuda do meu genro. Nesse dia, faço essa mesma trajetória e ainda quebro o coco o dia todinho.

Quando eu vou para a liderança eu faço tudo isso e ainda vou para outro município e comunidade”. (Maria do Socorro, quebradeira de coco babaçu)

Essa realidade expressa o cotidiano que a grande maioria das mulheres vivenciam diariamente e representa um desafio para que elas consigam dar conta de todas as atividades em que se envolvem, incluindo aí a participação nas ações dos projetos. De maneira geral, estes desafios estão em consonância com processos estruturais e próprios da forma como o Estado brasileiro se desenvolveu. O principal deles está relacionado com a forma como historicamente as mulheres são visualizadas e responsabilizadas por algumas tarefas, refletindo na divisão sexual do trabalho³. A preponderância de valores socialmente desequilibrados entre as tarefas desempenhadas por homens e mulheres, herança de um sistema que privilegia locais de poder direcionados aos homens – em outras palavras, a sociedade

³ O conceito de divisão sexual do trabalho foi sistematizado pelas pesquisadoras Helena Hirata e Daniele Kergoat. Para as autoras (2007) essa é uma forma de divisão do trabalho decorrente das relações sociais entre os sexos que relega aos homens as tarefas de maior valor social e às mulheres as atividades relacionadas à esfera reprodutiva, como o trabalho doméstico e de cuidados com os filhos e idosos.



patriarcal – dificulta que ações voltadas para o protagonismo das mulheres tenham fácil aceitação, tanto por parte dos homens, como também das próprias mulheres. No desempenho dos papéis sociais, as mulheres são sobrecarregadas com as tarefas e têm as atividades que desempenham invisibilizadas, dado seu baixo valor social.



Isso reflete-se, ainda, nas atividades desempenhadas pelos projetos que geraram dificuldades internas tanto nas comunidades como nas organizações, e que tiveram como desafio manter as comunidades mobilizadas, driblando a ausência de tempo das mulheres para se dedicarem a outras tarefas além do cuidado, do trabalho doméstico e da produção. Isso fez as organizações lançarem mão de ideias inovadoras para garantirem a participação das mulheres, como por exemplo, executar as atividades dentro das comunidades aos finais de semana.

A questão do trabalho doméstico e sua devida valorização é tema, inclusive, do quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que prevê a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. O Brasil, por meio do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA), aprimorou ainda mais a meta 5.4 da ONU para este ODS. O texto atualizado prevê: “Eliminar a desigualdade na divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado, inclusive no trabalho doméstico e de cuidados, promovendo maior autonomia de todas as mulheres, nas suas intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas, por meio de políticas públicas e da promoção da responsabilidade compartilhada dentro das famílias”.

Embora haja um louvável esforço para adequar a meta da ONU para a realidade brasileira, incluindo a diversidade de mulheres presentes no território nacional, os dados demonstram que pouco se tem avançado. Segundo dados do IBGE de 2019, as mulheres dedicam uma média de 11,8 horas por dia às tarefas domésticas e de cuidado, enquanto os homens ocupavam 5,3 horas nestas mesmas atividades. A situação é ainda pior para mulheres negras que chegam a dedicar o triplo de tempo em relação ao que os homens brancos despendem com estas mesmas tarefas.





Figura 4. Proporção de horas diárias dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por sexo (2016 a 2019)

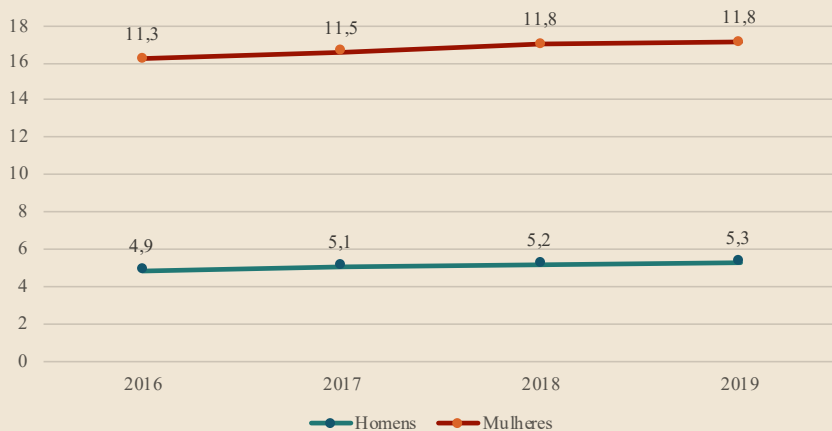
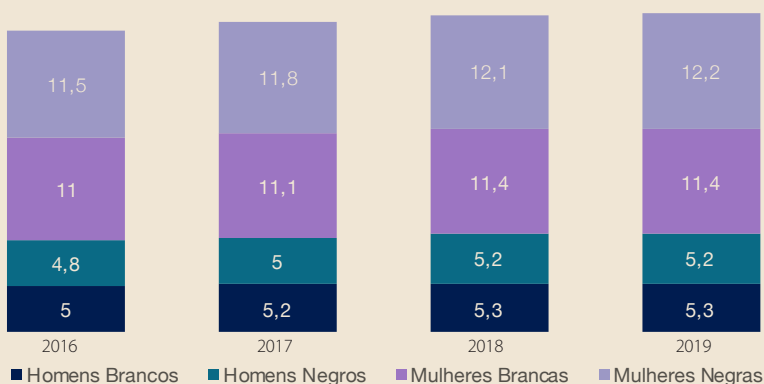


Figura 5. Proporção de horas diárias dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, das pessoas de 14 anos ou mais de idade, por cor ou raça (2016 a 2019)



Fonte: PNAD Contínua (IBGE). Elaboração própria.



Em resumo, falta tempo para as mulheres se dedicarem a outras tarefas que possam lhes trazer mais oportunidades de serem protagonistas. Muitas das beneficiárias relataram ter que se preparar semanas antes de viajar para atividades fora de seus municípios. Entre as tarefas, elas citaram deixar a comida pronta, a roupa lavada e guardada, e a casa arrumada. Algumas citaram até mesmo a obrigação de pagar um “pedágio” aos maridos, tendo que satisfazê-los sexualmente antes de embarcar para os eventos.

Nessa equação, a participação das mulheres nas ações dos projetos, o que lhes traz mais conhecimento e renda, é um instrumento para seguir em resistência para a superação de todos estes desafios. A resistência significa a superação dos desafios e, ultrapassar estas barreiras, significa ser protagonista.





Em resumo...

- ❖ Cabem vários significados no protagonismo das mulheres para as beneficiárias dos projetos;
- ❖ Obter mais conhecimento significa ter maior protagonismo;
- ❖ Ter uma renda própria significa ter maior protagonismo;
- ❖ A valorização de seu próprio modo de vida e de seus saberes significa ter maior protagonismo;
- ❖ A ocupação por parte delas de espaços participativos significa ter maior protagonismo;
- ❖ Ausência de tempo e o desempenho dos papéis sociais de gênero são desafios para o protagonismo das mulheres.



2.4 Transformações na vida das mulheres a partir das ações dos projetos

Como visto até aqui, as transformações na vida das mulheres beneficiárias dos projetos podem ser medidas de várias formas, já que as influências se dão em diversas dimensões da vida social. Desde o acesso às políticas públicas, passando pela ampliação do debate sobre identificação de situações de violência e políticas de proteção para as mulheres, chegando às formas em que elas se vislumbram como protagonistas. Neste último item, são evidenciadas as percepções que as mulheres têm de como suas vidas foram transformadas a partir das ações e atividades em que elas se inseriram pelos projetos.

Pode-se, portanto, identificar dois níveis de mudanças que elas relatam: um mais direcionado à sua vida pessoal, que traz a visão singular que cada uma delas têm deste processo, e outro mais coletivo, em que elas apontam as transformações que percebem em suas famílias, na comunidade e na sociedade em geral. São estes dois níveis que serão apresentados a seguir.





No campo pessoal, as mulheres beneficiárias identificaram que, por meio das ações dos projetos, foi possível organizar e diversificar a produção, equipar cozinhas comunitárias e, assim, melhorar as condições de trabalho. A partir desta nova realidade, elas conseguiram ampliar os canais de comercialização e agregar valor aos produtos, o que lhes trouxe uma renda. Além disso, em alguns casos, o projeto possibilitou que as mulheres conseguissem se esquivar das relações de dependência com o atravessador e comercializar seus produtos diretamente para o consumidor, ou para mercados de compras institucionais.

A representante do Coletivo de Mulheres Trabalhadoras Rurais do estado do Maranhão (CMTR-MA), afirma que as ações desempenhadas por meio do projeto aprimoraram o transporte dos produtos e a aquisição de equipamentos, fortalecendo a produção, o que impacta diretamente na geração de renda, na segurança e soberania alimentar e na autonomia econômica das mulheres beneficiárias. Essa realidade, muitas vezes, é capaz de tirá-las de ciclos de violência doméstica. Ela relata, ainda que, com a aquisição de equipamentos, foi possível ampliar a extração de óleo de babaçu em mais de 100%.

Para a representante da Associação Camponesa (ACA), a despoldadeira adquirida com recursos do projeto possibilitou que o trabalho de despolda do buriti, que era realizado em duas horas, fosse realizado em minutos. Outro ponto destacado por ela foi o papel do atravessador na comercialização. Conforme relatado, o atravessador cria um vínculo com as agricultoras, difícil de se desvencilhar, já que as comunidades estão fora do eixo comercial e essa figura torna possível levar os produtos para venda. Porém, ela nos lembra de que essa relação é excludente, pois o atravessador paga um baixo valor pelo produto que é vendido a preço mais alto nas feiras. Como exemplo, ela cita que um maço de cheiro verde custa no mercado cerca de R\$5,00 e o atravessador o compra das agricultoras por R\$0,80. Fica evidente, portanto, os ganhos financeiros que as ações dos projetos são capazes de trazer para as mulheres.



Essa percepção de melhoria na vida das mulheres é compartilhada também pela equipe técnica do ISPN. Cada um dos projetos apoiados pelo PPP-ECOS conta com um ponto focal, que acompanha toda a vida do projeto, desde sua contratação até sua finalização. Este processo de acompanhamento, também chamado de monitoramento, acontece por meio de visitas a campo, relatórios, reuniões remotas, e-mail e telefonemas. Para o ISPN, o monitoramento dos projetos é um exercício sistemático e contínuo de reconhecimento e registro de mudanças, assim como dos meios que as comunidades adotam para alcançar os resultados desejados. Desta forma, por acompanharem de perto a execução dos projetos, os pontos focais possuem uma visão sensível sobre as mudanças que ocorrem na vida das mulheres e da comunidade. Eles percebem, objetivamente, que os projetos contribuem para aumentar a diversidade da produção, assim como possibilitam o beneficiamento e a agregação de valor aos produtos, o que resulta em melhorias na comercialização e aumento da renda.

Em muitos casos, conforme observado, esta foi a primeira oportunidade que algumas mulheres tiveram em ter acesso a algum recurso próprio fruto do seu próprio trabalho na produção, e isso não é pouca coisa. Poder ter seu próprio dinheiro lhes dá liberdade, autonomia e eleva a autoestima. Com isso, elas conseguem investir na própria produção, em suas casas, ajudar seus filhos e filhas, e comprar o que bem entenderem, sem ter que pedir autorização para ninguém. Há também investimento na própria educação, seja formalmente na escola ou em busca de cursos para aprimorar seus aprendizados.





“Mudou muito, muita mudança. A gente não tinha apoio, não tinha ajuda na produção. As mulheres quebravam o coco, pisava, fazia o azeite, vendia em garrafa pet, hoje tem embalagem, tem rótulo. Tudo com o projeto. Com o recurso do projeto de agora nós construímos a fábrica de farinha. As mulheres têm renda hoje e facilitou muito. Antes tirava dois litros de azeite pisando no pilão, hoje eu tiro até dez e aproveita melhor porque o pisado do pilão não fica igual da máquina. É muito melhor. O curso de boas práticas [o projeto ajudou] também, elas sabem que aquilo é alimento, tem que ter qualidade para vender. Melhorou muito e vai melhorar ainda mais”. (Maria do Socorro, quebradeira de coco babaçu)

“A gente precisava de ralador para ralar a mandioca, carrinho de mão porque carrega a mandioca na cabeça ou no saco. E isso aparece na saúde delas, elas sentiam dor nas mãos, nas costas, então melhorou a saúde também. A produção de mandioca é descascada, lavada e ralada um por um. Levava um dia inteiro, no ralador é bem mais rápido”. (Amairé Kaiabi Suia, indígena Kaiabi Suia)



Além de contribuir significativamente na diversificação e aumento da produção, as ações dos projetos melhoraram a qualidade na alimentação das próprias famílias. A fome e a insegurança alimentar tiveram um exponencial crescimento nos últimos anos no Brasil. Dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN) de 2022 informam que 33,1 milhões de pessoas não tinham o que comer, resultado do aumento da pobreza, da miséria e do desmantelamento de políticas públicas. Possibilitar que mais famílias possam sair desta situação e enriquecer seus cardápios com diversidade e produtos de qualidade contribuiu para o desenvolvimento social e econômico das famílias, aumentando a segurança alimentar. A produção de quintal é realizada em espaços pequenos, possíveis de serem manejados pelas mulheres, dada a proximidade a outros espaços em que elas frequentemente desempenham suas tarefas.

Da mesma forma, a valorização e apoio às roças tradicionais indígenas, em parte sob a responsabilidade das mulheres indígenas, contribuiu não só para valorizar a produção de alimentos, mas também promoveu e apoiou a salvaguarda de conhecimentos de sistemas agrícolas e alimentares ameaçados, tendo desdobramentos na vida desses povos, como a retomada e o fortalecimento de festas tradicionais. Atrelado a isso, toda a alimentação da comunidade tende a melhorar, principalmente quando estes produtos são comercializados para abastecer os equipamentos de saúde e educação dos municípios, além, é claro, das trocas dos produtos realizadas dentro das comunidades.

Para além da estrutura material que o dinheiro pode comprar, as mulheres relataram que as oficinas e os processos formativos, além da gestão, também mudaram suas vidas. Pelos projetos elas constroem conhecimentos tanto na esfera produtiva, quanto para a vida pessoal. Estes aprendizados têm o poder de fortalecê-las, de desvelar e aprimorar capacidades que elas já possuíam, mas que estavam





adormecidas, e que os projetos foram capazes de despertar, gerando persistência e resistência para que elas tenham instrumentos para mudar a realidade em que vivem.

Neste sentido, o poder da fala, de expressar suas opiniões, se abre em novas possibilidades que elas vão identificando ao longo do andamento dos projetos, fazendo-as compreender que as mulheres são agentes de mudança ao mostrar sua potência, força e poder. É na inclusão delas em ações de desenvolvimento que elas se sentem valorizadas e parte do todo. Os profissionais do ISPN também relataram observar tais mudanças nas mulheres no decorrer do desenvolvimento dos projetos. Percebem que as mulheres passam a se expressar melhor, ter mais autonomia, dignidade e liberdade. Consideram, ainda, que as mulheres têm maior capacidade de atuar de forma coletiva, sempre procurando envolver outras mulheres nas ações das organizações.

Esse conjunto de transformações pessoais é visível e elas passam a ter maior credibilidade em suas comunidades, ganhando a confiança de outras mulheres que querem seguir esse mesmo caminho e, assim, multiplicam seus aprendizados. Como disse uma das beneficiárias: ***“O projeto abriu os olhos para enxergar horizontes que eu nem sabia que era capaz de acessar”.***

Os projetos voltados para as mulheres propiciam a valorização de sua própria forma de ver e viver o mundo e isso é crucial para as mulheres poderem se sentir parte de um todo e repassar seus saberes para outras gerações. As atividades desenvolvidas permitiram o resgate de um saber-fazer, da cultura e da tradição das mulheres. Esta valorização se reflete nas pessoas jovens das comunidades, que começam a se interessar pelos projetos e encontrar atividades que possam desempenhar.



É sabido que os jovens deixam suas comunidades e as áreas rurais em busca de outras oportunidades. A possibilidade de desempenhar tarefas em que se sintam valorizados é essencial para se interessarem em promover atividades em suas comunidades e contribuir para o desenvolvimento local. Neste sentido, os representantes das organizações citaram que além das atividades produtivas, houve inserção de jovens em áreas que eles consideram mais atraentes, como por exemplo, comunicação e gestão. Para a representante da AGRIPAC, oferecer a capacitação em inclusão digital foi fundamental para atrair os jovens. A formação de agentes agroambientais também foi citada pela representante da ACA como uma boa perspectiva de atuação dos jovens, pois fortalece suas habilidades, capacitando-os para diversas atividades.



Se os ganhos pessoais não são poucos e refletem diretamente na forma como as mulheres passam a ver o mundo e sua condição social, sob o viés coletivo, as ações dos projetos ultrapassam as barreiras das comunidades e, conseqüentemente, de seus objetivos principais.

Com o objetivo principal de aprimorar a comercialização, a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva do Ciriaco (ATA-RECO) conseguiu, por meio do projeto, estruturar uma cooperativa e duas associações, que mobilizam 400 famílias. Segundo a representante da organização há a comercialização de derivados do babaçu e de hortaliças em restaurantes e feiras. Ela comenta que hoje conseguem vender o babaçu pelo dobro do valor que conseguiam antes das ações dos projetos. Com isso, mais pessoas saem da pobreza e ocorrem melhorias dentro das comunidades.



De início, organizar a produção conduz a uma maior organização das próprias mulheres, elas passam a se encontrar mais e a discutir os seus problemas e as possíveis soluções a que podem, juntas, chegar. Os espaços coletivos de trabalho, como as cozinhas comunitárias, são essenciais nesse processo em que elas passam a beneficiar os produtos e vendê-los a um preço mais elevado. É também nestes espaços que elas promovem maior interação entre elas, dividindo suas histórias e identificando similaridades. É preciso considerar, contudo, que os equipamentos utilizados acabam por aumentar os custos, como por exemplo, de energia elétrica.



Estes gastos devem ser considerados para que não ocorra a paralisação das atividades, o que reforça a necessidade de elaborar um planejamento para executar as ações.

Por meio dos projetos, elas perceberam que poderiam aumentar a produção e alcançar outros mercados e, para isso, passaram a buscar outros editais, a elaborar projetos e a identificar onde residem melhores oportunidades para as mulheres seguirem avançando. Nesse sentido, também passaram a estabelecer contato com outras entidades e instituições e, em alguns locais, foi possível tecer uma rede de parceiros.

Os projetos também contribuem para intensificar ações em curso. Por exemplo, as prefeituras disponibilizam espaço para a realização de feiras com produtos da agricultura familiar, porém, as mulheres não tinham como arcar com os custos de adquirir as barracas para expor seus produtos. As ações dos projetos as auxiliaram para que elas pudessem alcançar este objetivo e, assim, terem à disposição mais um canal de comercialização.

Para exercer o papel de lideranças, as mulheres passaram a percorrer mais as comunidades e conhecer melhor suas próprias realidades, podendo identificar com maior clareza os problemas e as necessi-



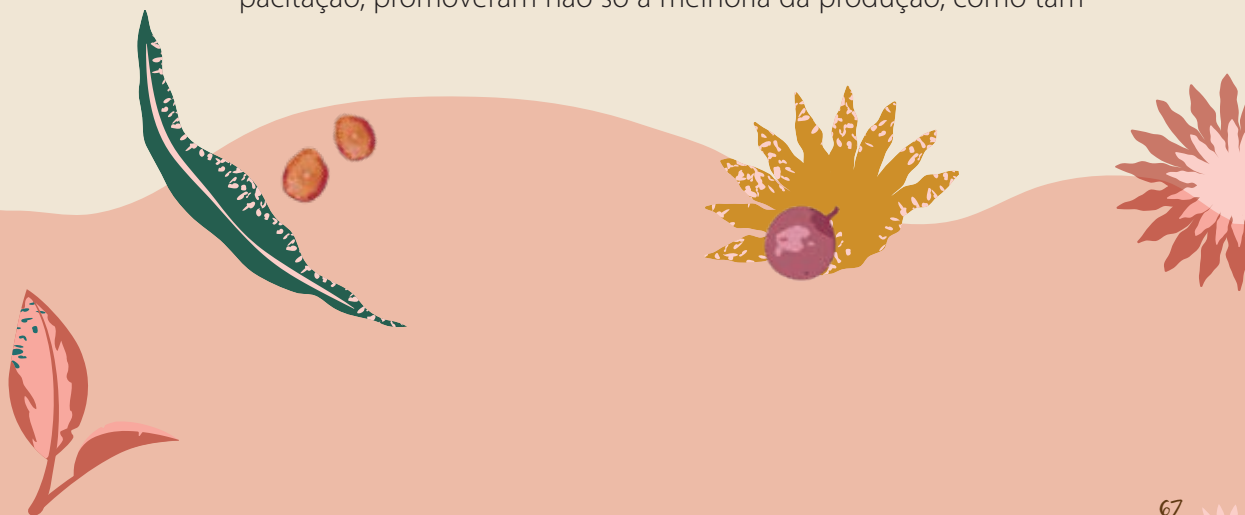


dades das pessoas que ali vivem. Isso é especialmente importante nas comunidades indígenas e, para as mulheres indígenas, líderes ou em formação para assumir liderança, cujas áreas são mais remotas e distantes, geralmente com custos logísticos elevadíssimos, dificultando o acesso cotidiano. Este contato permanente é essencial para promover mudanças na vida das pessoas que se sentem acolhidas e representadas.

Partindo de uma leitura fiel da realidade em que estão inseridas, as mulheres conseguem desenhar projetos que se adequam mais aos seus contextos, levando em consideração a valorização do saber local, do modo de vida e de sua cultura que, em contrapartida, são fortificados a partir das ações dos projetos.

Todas as organizações entrevistadas afirmaram que as ações dos projetos terão continuidade após o encerramento dos contratos. A sustentabilidade das atividades é possível porque foi dado apoio ao trabalho que as mulheres já executavam, como por exemplo, nas hortas e quintais, nas roças ou no artesanato. Os projetos potencializam suas capacidades de organização, gestão e comercialização da produção. Estes ganhos não se encerram com o término dos projetos.

Do ponto de vista ambiental, as técnicas de manejo aprendidas, ou resgatadas de um saber-fazer tradicional durante os cursos de capacitação, promoveram não só a melhoria da produção, como tam-



bém foram capazes de despertar uma consciência ambiental. O tema da conservação ambiental das florestas e do Cerrado em conjunto com a emergência climática – cujos efeitos são majoritários sobre as mulheres e populações mais vulneráveis⁴ – têm mobilizado o mundo todo. A valorização da sociobiodiversidade e do extrativismo responsável são ganhos imensuráveis que causam impacto para além do local em que as atividades dos projetos foram implementadas. Um exemplo de ação concreta levado a cabo pelos projetos são as redes de sementes florestais e os viveiros, essenciais, inclusive para o resgate de exemplares em extinção.

Assim – e talvez o tema mais importante para um financiador como o Fundo Amazônia – ao tratar sobre o manejo de recursos naturais, as atividades dos projetos auxiliam na compreensão das desvantagens do uso de agrotóxico e da importância do manejo do fogo, bem como da produção agroecológica, contribuindo para a saúde do solo e das águas. Desta forma, os projetos ***“além de melhorar a vida das mulheres, tem mudado a vida das pessoas do entorno, com o uso sustentável dos recursos naturais”***, como citou uma das beneficiárias, contribuindo para a preservação de áreas naturais, para a coleta e conservação de sementes nativas, na construção de viveiros e na certeza de que é possível produzir e ter acesso a recursos financeiros mantendo a floresta em pé.

É desta forma que as ações e atividades dos projetos vêm mudando a vida das pessoas, especialmente, destas mulheres que foram ouvidas. Como disse uma das beneficiárias: ***“os projetos chegam onde as políticas não chegam”***, sendo capazes de trazer transformações que, mesmo com poucos recursos, representam grandes alterações na vida das pessoas.

⁴ Um estudo organizado pelo Observatório do Clima, realizado em 2022, expõe claramente como as mulheres e as meninas, especialmente as negras e indígenas do Sul Global, são mais afetadas pela injustiça climática.



Em resumo...

- ❖ Os projetos potencializaram a organização social e produtiva das mulheres;
- ❖ Os projetos contribuem para sustentar e manter os modos de vida tradicionais;
- ❖ Os projetos possibilitaram a formação de redes de parceria;
- ❖ As ações dos projetos garantem a segurança alimentar das famílias;
- ❖ As mulheres beneficiárias tiveram a oportunidade de ampliar o conhecimento de sua própria realidade;
- ❖ Por meio das ações dos projetos há a valorização dos modos de vida e saber-fazer locais;
- ❖ Os projetos possibilitam aprimorar a conservação ambiental.



Contribuição das ações dos Projetos para o alcance dos ODS

As atividades e ações desenhadas nos projetos e desempenhadas pelas organizações proponentes superaram o que elas próprias planejaram em seus planos de trabalho. Os resultados e os impactos demonstram que os ganhos obtidos vão muito além dos territórios nos quais se inserem as mulheres e as comunidades beneficiadas. Como disse a representante de uma das organizações entrevistada: *“Pequenas oportunidades trazem grandes mudanças”*.

Para exemplificar o alcance que os projetos tiveram, a figura abaixo traz a contribuição das ações desempenhadas para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, perseguidos pelos 193 países membros em consonância com as estratégias contidas na Agenda 2030.





3

*Desafios para
a ampliação do
protagonismo das
mulheres*





Além dos resultados obtidos na pesquisa qualitativa, durante a realização da Oficina “Entre Mulheres: soluções para inclusão e protagonismo em projetos socioambientais”, realizada em Brasília entre os dias 16 e 18 de maio de 2023, foi possível debater junto às mulheres beneficiárias dos projetos apoiados pelo ISPN quais seriam os principais desafios para ampliar o protagonismo das mulheres. Os temas indicados por elas podem ser agrupados em duas grandes questões relativas à: i) entraves estruturais; ii) apoio à gestão e organização interna das entidades proponentes.

3.1 Entraves estruturais

Os entraves estruturais são aqueles que não dependem exclusivamente da nossa vontade, são resultado de macroprocessos socioeconômicos e culturais pelos quais a sociedade passa e refletem na nossa maneira de ver e viver o mundo e que acabam culminando em desafios para a reprodução social e econômica das mulheres do campo, das águas e da floresta.

a. **Relacionados aos territórios, pois dificultam ou impedem a reprodução social e econômica das famílias:**

- ✿ Alterações no clima advindos da ação humana no meio ambiente;
- ✿ Dificuldades de acesso às sementes crioulas e à água;
- ✿ Necessidade de garantia de produção agroecológica e de preservação dos biomas frente ao uso indiscriminado de agrotóxicos em áreas circunvizinhas;
- ✿ Conflitos instalados nos territórios que dificultam a mobilização;



- ❁ Ausência de garantia de preservação de espécies que estruturam cadeias como a do babaçu, das sementes para restauração. O acesso livre a esses recursos naturais, cujo caso do babaçu pelas quebradeiras de coco é emblemático, mas de igual forma outros atores também têm dificuldade de acessar territórios.

b. Em relação às políticas públicas:

- ❁ Falta de apoio do poder público;
- ❁ Excesso de exigências institucionais para acessar as políticas;
- ❁ Necessidade de formação política e técnica para as mulheres;
- ❁ Ausência de acesso às políticas públicas;
- ❁ Ausência de informações sobre as políticas e como acessá-las.





c. Sobre as relações sociais de gênero e juventude:

- ✿ O machismo estrutural está impregnado em toda a sociedade e nas instituições;
- ✿ Em alguns casos, as instituições com lideranças masculinas dificultam o trabalho desempenhado pelas mulheres;
- ✿ É necessário elevar a autoestima das mulheres;
- ✿ A invisibilidade das mulheres nos espaços domésticos e públicos faz com que o trabalho desempenhado por elas seja desvalorizado;
- ✿ A inserção da juventude pode despertar o interesse de novas jovens pela liderança e trabalho comunitário.

d. Acesso à infraestrutura de qualidade:

- ✿ Acesso inadequado à água e eletricidade prejudica a ampliação e beneficiamento da produção;
- ✿ A ausência de inclusão digital nas comunidades impede acesso a novos mercados e prejudica o interesse de jovens;
- ✿ Acesso inexistente ou insuficiente aos conhecimentos e ferramentas de informática dificulta a comunicação, a busca por editais e o monitoramento dos projetos.

3.2 Organização interna das entidades

Outros desafios apontados pelas mulheres para que haja protagonismo delas nos projetos socioambientais diz respeito à organização e à estruturação interna das entidades proponentes. As organizações apresentam realidades distintas quanto à sua estrutura interna. Algumas estão acostumadas a elaborar projetos e promover a prestação



de contas, enquanto outras estão iniciando suas atividades na busca de editais que possam promover a melhoria de vida em suas comunidades. Para estas últimas, é necessário que haja apoio na elaboração dos projetos, na execução das atividades, para a prestação de contas e no pós-projeto.

a. Elaboração de projetos:

- ✿ Há dificuldades na elaboração de projetos, pois a formação e a capacitação das entidades são insuficientes;
- ✿ Há dificuldades para adequar as propostas ao que o edital solicita;
- ✿ A linguagem colocada nos editais, muitas vezes, é de difícil compreensão.

b. Execução das ações:

- ✿ A individualidade representa uma barreira para a organização coletiva;
- ✿ Os projetos, geralmente, possuem muitas tarefas e poucas pessoas para executá-las. Há dificuldade na distribuição de tarefas previstas no projeto;
- ✿ Devido ao acúmulo de atividades é difícil mobilizar as mulheres para participar das ações dos projetos;
- ✿ Há comunidades em que é necessário avançar na organização territorial e formalização da posse de terra, bem como de novas associações que necessitam de apoio para obtenção de CNPJ. Desta forma, haverá segurança jurídica para desenvolver as ações dos projetos, bem como buscar outros editais;
- ✿ Algumas entidades precisam avançar na organização de documentação (atas, estatuto, recursos, DAP/CAF).

c. Estrutura técnica e operacional:

- ✿ Não há disponibilidade de assistência técnica e extensão rural;





- ❁ Não há garantia das condições necessárias para que as mulheres consigam acessar mercados e comercializar seus produtos.

d. Burocracia para executar os projetos:

- ❁ Há dificuldades em organizar a documentação exigida pelos projetos, junto ao banco e outras instituições. As pessoas desconfiam em disponibilizar seus documentos por receio de perder benefícios;
- ❁ A exigência de três cotações para desempenhar as ações dos projetos dificulta sua execução. Em muitos locais não há disponibilidade de diversos profissionais ou empresas de serviços;
- ❁ O processo de prestação de contas é trabalhoso e exige dedicação.

e. Sustentabilidade dos projetos:

- ❁ Necessidade de viabilizar a sustentabilidade das ações após o término dos projetos.



4

*Recomendações para quem
apoia visando aumentar o
protagonismo das mulheres nos
projetos socioambientais*





- 1 **Estabelecer uma linha de financiamento específica para projetos que sejam direcionados às mulheres.**
- 2 **Estabelecer linhas de financiamento de acordo com o nível de organização e maturidade das entidades proponentes.**
- 3 **Estimular as organizações proponentes na realização de planejamento estratégico.**
- 4 **Apoiar a inclusão de jovens e idosos.**
- 5 **Estimular o acesso às políticas públicas.**
- 6 **Facilitar o acesso a infraestrutura e equipamentos.**
- 7 **Promover diálogos e informações em temas relacionados aos conflitos territoriais e violências contra as mulheres.**
- 8 **Apoiar as organizações para facilitar a obtenção de selos de inspeção e certificação.**
- 9 **Estimular projetos que tenham maior relação com a realidade local, elaborados pelas comunidades.**
- 10 **Incluir avaliação de abordagem qualitativa do alcance dos objetivos apresentados nos projetos.**





Estabelecer uma linha de financiamento específica para projetos que sejam direcionados às mulheres

Conforme demonstrado nas páginas anteriores, que utilizou uma abordagem qualitativa dos resultados dos projetos PPP-ECOS apoiados pelo Fundo Amazônia e que envolveram mulheres em sua execução, há uma ampla gama de ganhos que vão além dos objetivos principais elencados nos projetos e que ultrapassam os limites das comunidades onde foram implementadas as ações. Se durante muito tempo as mulheres foram negligenciadas como produtoras, a participação delas nos projetos aponta ser acertado o direcionamento de recursos para aprimorar suas capacidades econômicas e produtivas.

Contudo, há grandes desafios que elas enfrentam e que podem ser minimizados se as mulheres forem o foco do direcionamento de financiamentos de modo a fortalecer a atuação nas comunidades, estimulando a liderança por parte delas. Para isso, é necessário que elas tenham formação técnica e política, que inclua também os jovens, visando a formação de novas lideranças, num ciclo virtuoso que as coloquem em postos decisórios. Durante esse percurso formativo uma atenção especial deve ser dada à conscientização dos direitos das mulheres para que elas possam adquirir as ferramentas necessárias para o alcance da cidadania.

De modo a estimular e dar visibilidade aos projetos, os financiadores poderiam criar uma premiação para as mulheres e organizações proponentes que tivessem ações exitosas em suas comunidades e que contribuíssem efetivamente para o desenvolvimento sustentável.





Mesmo nos projetos não direcionados às mulheres, os editais poderiam exigir um percentual mínimo para a participação delas, de modo a estimular que elas estejam representadas em todos os projetos, com especial atenção para flexibilização de horários nos percursos formativos e à possibilidade de que haja cuidados específicos para as mães com filhos pequenos de modo a não as deixar de fora das atividades.

Por fim, é necessário atender a toda a diversidade de representações e identidades das mulheres. Os projetos a serem financiados, bem como os editais lançados, devem ter uma atenção à heterogeneidade de realidades presentes em todo o território nacional.





Estabelecer linhas de financiamento de acordo com o nível de organização e maturidade das entidades proponentes

Há organizações proponentes que estão há vários anos desenvolvendo projetos e participando de editais. Estas já possuem o conhecimento necessário e uma estrutura mínima que permite a busca por financiamento de suas ações. Porém, há outras organizações que estão iniciando sua atuação e não possuem estrutura física e pessoal para acompanhar o lançamento de editais e as oportunidades e, assim, acabam perdendo a possibilidade de obter recursos para seus projetos. Uma ampla divulgação dos editais nas comunidades, bem como processos formativos que priorizem as mulheres na elaboração de projetos pode contribuir para democratizar o acesso a recursos e ampliar o alcance das ações. Esta recomendação também é válida para a execução dos projetos, ou seja, é necessário que as mulheres sejam capacitadas para desenvolver as ações da melhor forma possível de modo a estabelecer maior efetividade no cumprimento dos objetivos desenhados.

Neste sentido, seria importante que os financiadores estabelecessem linhas diversificadas de financiamento que levassem essa pluralidade em consideração. Para isso, é necessário que os editais possuam uma linguagem menos técnica e mais simplificada. Essa mesma leitura vale para o processo de prestação de contas, incluindo aí a necessidade de cotação e apresentação de três orçamentos, no entanto em muitas localidades não há quantidade suficiente de profissionais e serviços que correspondam a esta exigência. Flexibilizar esse quesito pode contribuir para tornar as ações dos projetos mais ágeis.

Além disso, estimular o intercâmbio entre projetos contribui para a geração de conhecimento e troca de experiências tanto produtivas quanto sobre a própria organização das entidades proponentes.





Estimular as organizações proponentes na realização de planejamento estratégico

Algumas organizações têm capacidade e instrumental para desenhar suas ações em longo prazo, o que facilitaria a busca por editais específicos que atendam às demandas das comunidades. Infelizmente esse não é o caso da grande maioria das entidades que ainda não possuem maturidade suficiente para pensar em estratégias de longo alcance. Por isso, seria imprescindível que tivessem apoio para fazerem um planejamento estratégico que contasse com a participação de toda a comunidade. A inconstância de recursos financeiros entre as buscas por editais pode paralisar as ações e frustrar as comunidades locais. Investir na gestão é fundamental para isso não ocorrer.

Além disso, é importante incluir temas emergentes nos percursos formativos. As comunidades precisam se apropriar de assuntos que ainda carecem de maior esclarecimento, como por exemplo, mudanças climáticas, comunicação, mercado de carbono e bioeconomia. É primordial que as comunidades estejam plenamente informadas sobre estes temas para que não sejam surpreendidas com projetos que desconhecem e que podem acabar sendo prejudiciais ao invés de colaborativos. Nesse sentido, no caso específico de povos e comunidades tradicionais, é primordial que elaborem e se utilizem, efetivamente, de seus protocolos de consulta.





Apoiar a inclusão de jovens e idosos

A inclusão de jovens e idosos no cotidiano das atividades das comunidades é uma preocupação de todos, pois significa dar continuidade às ações, às tradições e aos conhecimentos que são construídos e disseminados pelas mulheres e pelas famílias ao longo das gerações. Durante a realização do estudo, tanto as mulheres beneficiárias quanto as organizações proponentes apontaram que alguns temas promovem maior engajamento da juventude. Por certo, cabe às organizações e às comunidades realizarem um levantamento dos temas e atividades que mais envolvem os jovens, mas os financiadores dos projetos podem ter uma atenção especial voltada para incluí-los, contribuindo para que se estabeleça um sentimento de pertencimento e de representatividade.

A mesma afirmação vale para as idosas, detentoras de conhecimentos tradicionais e do saber-fazer ancestral, elas devem ter a oportunidade de se inserirem nas atividades de seu interesse, incluindo organização e gestão das ações.





5

Estimular o acesso às políticas públicas

Ampliar o acesso às políticas públicas é uma obrigação do Estado. Contudo, os financiadores podem estimular que mais mulheres consigam acessá-las por meio da divulgação de informações. Como visto, as políticas são potenciais transformadoras na vida das mulheres e por meio dos projetos elas conseguiram obter mais informações sobre a disponibilidade e meios de acesso às políticas públicas.

As políticas públicas, sobretudo as voltadas à comercialização, foram fundamentais para o aumento da renda e propiciaram a formação de redes de cooperação com outras instituições. Neste sentido, estimular o conhecimento, o acesso e a articulação entre as políticas públicas disponíveis para as mulheres têm o potencial de elevar os ganhos obtidos com as ações e atividades desenvolvidas pelos projetos. Inclui-se aqui as políticas voltadas à assistência técnica e ao crédito.





Facilitar o acesso à infraestrutura e equipamentos

Os territórios em que os projetos são implementados são carentes de infraestrutura e de equipamentos em geral. Os projetos atendem as demandas por equipamentos que se traduzem nos processos de beneficiamento e agregação de valor à produção. Porém, muitas vezes, há aumento de gastos com energia elétrica e isso pode impactar na sustentabilidade dos projetos. Os financiadores podem contribuir para as organizações proponentes preverem estes gastos e destinarem recursos para isso.

Em alguns territórios há falta ou escassez de água, desta forma permitir que os projetos adquiram tecnologias para sanar essa deficiência – como a construção de poços ou cisternas – pode ampliar o alcance das ações previstas inicialmente.

Disponibilizar meios e ferramentas para que as comunidades tenham acesso digital também se mostrou fundamental, não só para potencializar a comercialização, mas também para a inclusão de jovens e para a própria organização social das entidades proponentes.

Conforme demonstrado, há uma ação simples e que poderá transformar profundamente a vida das mulheres. Trata-se da obtenção da CNH. Sugere-se, portanto, que os projetos possam estabelecer recursos para as mulheres terem acesso a esse documento e, assim, contribuir para sua mobilidade e transporte dos produtos que comercializam.

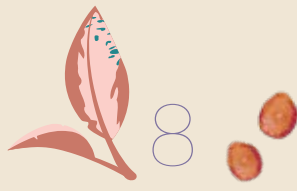


Promover diálogos e informações em temas relacionados aos conflitos territoriais e violências contra as mulheres

O tema dos conflitos e da violência foi central durante a realização da pesquisa qualitativa. Ficou evidente que as mulheres são as mais afetadas pelos conflitos em seus territórios e que sofrem com todo o tipo de violência, o que impacta em sua saúde física e emocional. É fundamental que os financiadores possam ampliar a visão para além da realidade objetiva e compreender que este tema deve ser debatido e esclarecido junto às comunidades. Negligenciar o entendimento de como os conflitos territoriais e as violências contra as mulheres influenciam o desenvolvimento local, pode colocar em risco as ações de locais promovidas pelos projetos.

Neste sentido, a circulação de informação e capacitação sobre violências é imprescindível para que mais mulheres sejam capazes de identificar se estão em situações de violências e buscar ajuda, para assim ter acesso a uma vida mais plena e saudável, o que impacta diretamente em sua capacidade de produção e organização social.





Apoiar as organizações para facilitar a obtenção de selos de inspeção e certificação

Para ampliar a comercialização para além de seus territórios é necessário que as organizações obtenham selos de inspeção sanitária. A legislação sobre isso é rígida e deve ser seguida para garantir a sanidade dos produtos. Contudo, os desafios postos para que as organizações consigam seguir a lei são enormes. Os financiadores podem destinar recursos especialmente para uma formação neste sentido. Além disso, podem estimular que haja troca de experiências entre as entidades e com outras instituições que atuem no tema, como por exemplo a Catrapovos⁵.

Junto à inspeção, o processo de certificação orgânica também tem representado um desafio às organizações que receberam recursos dos projetos. Facilitar o acesso à certificação dos produtos pode significar um aumento na renda das mulheres. Estimular o debate e intercâmbio entre comunidades iniciantes com outras que já possuem certificação pode contribuir para um melhor entendimento do processo de obtenção do certificado. A certificação participativa, pode ser estimulada por meio da Organização de Controle Social (OCS); que é uma prática coletiva de certificação e que pode fortalecer vínculos entre as famílias, as comunidades e parceiros como universidades e institutos federais.

⁵ A Catrapovos, sob coordenação do Ministério Público Federal (MPF), atua no sentido de fortalecer a compra de produtos pelo poder público de comunidades indígenas e quilombolas, produzindo Notas Técnicas que tratam dos aspectos sanitários. Mais informações em: <https://www.mpf.br/atuacao-tematica/ccr6/catrapovosbrasil>



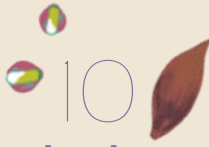
9

Estimular projetos que tenham maior relação com a realidade local, elaborados pelas comunidades



Os impactos positivos que estão transformando a vida das mulheres apoiadas pelas ações dos projetos devem muito de seu sucesso à maneira como as demandas foram levantadas e como foram desenhadas as atividades. Sem exceção, todas as organizações proponentes entrevistadas afirmaram que é na comunidade que nascem as propostas que concorrem aos editais. Essa relação com a realidade local é fundamental para o engajamento da população e para que as ações correspondam, de fato, ao que é esperado pelas comunidades. Desta forma, os financiadores devem apoiar prioritariamente os projetos que são constituídos de forma coletiva e com envolvimento da população que será beneficiada.





Incluir avaliação de abordagem qualitativa do alcance dos objetivos apresentados nos projetos

A iniciativa em realizar uma abordagem qualitativa dos projetos que envolvem as mulheres e que são apoiados pelo PPP-ECOS mostrou que os ganhos vão muito além do aumento da renda e da conservação ambiental. Conforme demonstrado ao longo das páginas anteriores, dimensões mais subjetivas da vida cotidiana também são afetadas pelas ações dos projetos, incidindo na vida das mulheres e apontando para a possibilidade de um maior equilíbrio nas relações de gênero. Avaliações qualitativas poderiam ser mais recorrentes para os financiadores de projetos socioambientais obterem um olhar mais aprofundado sobre as mudanças que ocorrem na vida das mulheres a partir do desenvolvimento das ações.

Para ampliar o entendimento sobre a avaliação qualitativa, sugere-se a realização de pesquisas qualitativas diretamente nas comunidades em que os projetos forem implementados. Estas pesquisas de campo poderiam verificar as lições e os resultados dos projetos, tendo como foco o olhar das comunidades, os exemplos práticos presentes no cotidiano, as mudanças nas relações de gênero, entre outros elementos. Para estes estudos, é importante incluir a pluralidade de identidades das mulheres, de forma a contribuir com o planejamento de outras ações que observem estas diferenças e ampliar os resultados de futuros projetos.

Os temas que hoje se apresentam sensíveis, como a violência doméstica e a saúde mental, seriam tratados de formas melhores a partir destas observações mais focadas nas realidades locais dos territórios apoiados. Também ajudaria a planejar formas efetivas de envolver os homens nos debates relacionados à equidade de gênero, construindo





do juntos o entendimento de que a realidade atual também é nociva a eles. A sensibilidade a outros temas emergentes e importantes, como as questões e demandas da comunidade LGBTQIA+, também podem ser melhor observadas e compreendidas localmente.

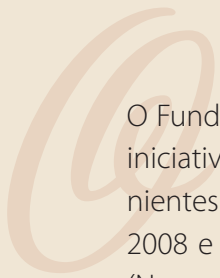
Por fim, estabelecer indicadores que apontem para o aumento do protagonismo das mulheres daria mais visibilidade às ações dos projetos. Por exemplo, pode-se utilizar os temas aqui debatidos como inspiração para realizar o monitoramento de indicadores relativos ao acesso por parte delas às políticas públicas, sobre o aumento da renda, quanto à participação delas em outras instituições, e, sobre o aumento da escolaridade.



5

Considerações finais





O Fundo Amazônia é uma resolução do governo brasileiro ligado a iniciativas de redução de emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal. Foi criado em 2008 e conta com doações voluntárias de governos internacionais (Noruega e Alemanha) e da Petrobras para atingir o objetivo de conservar as florestas e os recursos naturais da Amazônia Legal, além de melhorar a condição de vida das populações locais. Sob esta perspectiva, pode-se afirmar que os 23 projetos analisados nas páginas anteriores estão de acordo com os objetivos do Fundo pois conseguem, a um só tempo, promover a conservação ambiental e a melhoria na qualidade de vida das comunidades, especialmente, das mulheres da agricultura familiar, de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, incluindo toda a pluralidade de identidades que esta categoria representa.

Os resultados e as lições aprendidas pela análise dos projetos podem ser apresentados em três grandes ideias. A primeira delas diz respeito à capacidade dos projetos em alavancar as potencialidades das mulheres e, conseqüentemente, das comunidades apoiadas. Não foram poucas as evidências de que há incremento na renda, na gestão da produção e na organização coletiva das mulheres; e isso se reflete tanto na aquisição de bens materiais, como no aumento da representatividade, do protagonismo e na disseminação de informações.

Em poucas palavras: os projetos foram responsáveis pelo aumento do bem-estar das beneficiárias e aqui recorre-se ao economista indiano Amartya Sen (2003) para quem o bem-estar significa muito mais que o componente econômico, importam também os elementos que são constitutivos da vida e possibilitam conquistas e desejos que tendem a ser amplificados à medida que os horizontes possíveis são ampliados. Ou seja, uma vida de privações tende a reduzir os desejos das pessoas a proporções realistas e as ações dos projetos demonstram que é possível alargar as conquistas.

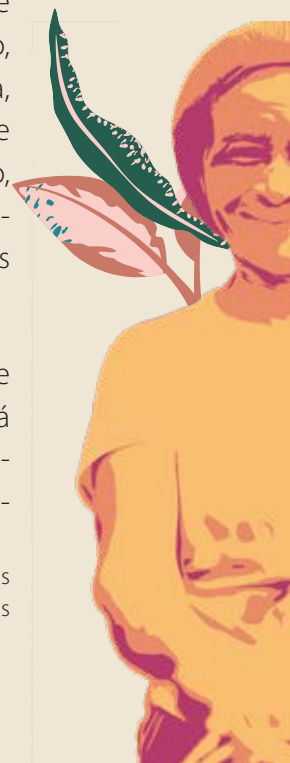


Um segundo achado do estudo diz respeito aos desafios enfrentados pelas mulheres dado, principalmente, por sua condição de ser mulher em uma sociedade em que os recursos de poder são majoritariamente acessados e comandados pelos homens. A definição dos papéis de gênero, que determinam que as mulheres são as grandes responsáveis pelo trabalho reprodutivo, sobrecarrega o cotidiano delas com afazeres que lhes toma muito tempo, dificultando o processo de mobilização e as possibilidades de se dedicarem a outras dimensões da vida social, entre elas, a participação em eventos e até mesmo nas atividades dos projetos. Compreender que as tarefas domésticas e de cuidados são parte do processo produtivo é fundamental para reduzir as desigualdades de gênero⁶.

Tal estrutura da sociedade acaba por determinar, ainda, a objetificação e uma (re)produção de diferenças, fazendo com que as mulheres sejam mais suscetíveis aos processos de conflito e de violência doméstica. Mesmo não sendo objetivo direto dos projetos, a análise aqui empreendida demonstrou que as atividades de formação e a possibilidade de maior interação entre as mulheres foram capazes de dotá-las de ferramentas para identificar situações de violência a que são submetidas e de perceber sua própria condição social. Com isso, são desenhados cenários para transformar a realidade social. Ou seja, há indícios de que os projetos atuam numa mudança estrutural e que podem vir a influenciar a equidade de gênero. Sabe-se, contudo, que alterações sociais desta envergadura são lentas e graduais e dependem de um esforço constante da sociedade para que os direitos adquiridos sejam mantidos.

Por fim, um terceiro ponto importante diz respeito à pluralidade de identidades que foram encontradas neste estudo. Se por um lado há uma demanda pela igualdade de gênero e pela visibilidade do trabalho desempenhado pelas mulheres, de outro viés há uma gama de rea-

⁶ Estudos têm demonstrado que a adoção das cadernetas agroecológicas são fundamentais para que haja o reconhecimento do trabalho produtivo desenvolvido pelas mulheres nas mais variadas comunidades. Ver, por exemplo: Jalil *et al* (2019).





lidades nas quais estas mesmas mulheres estão inseridas que revelam diferentes situações que determinam suas atuações na vida conjugal, nos espaços sociais em que elas circulam e nos mercados a que elas têm acesso. Todas estas situações estão permeadas por relações de poder. Tais contextos são vivenciados de maneira distinta pelos diversos grupos de beneficiárias que têm acesso às ações dos projetos e às políticas públicas, sendo necessário observar tais realidades e promover ações que estejam em acordo com elas, de modo a alcançar maior equidade por meio de incentivos específicos. É no equilíbrio entre o ponto de vista social coletivo e as características de cada um que pode residir a chave para avanços efetivos na condição social das mulheres.

A forma como os projetos são elaborados, com profunda participação das comunidades, que identificam as principais demandas mais latentes, respeitam o modo de vida e o saber-fazer local, tende a ser um importante avanço nesta questão. Neste sentido, as ações dos projetos voltados para as mulheres podem incluir essas características de seus contextos socioculturais sem perder de vista o trabalho mais amplo em temáticas diversas que já vem sendo realizado na execução dos projetos.

Por fim, pelos depoimentos das mulheres que foram ouvidas para este estudo, fica claro que o caminho trilhado por elas até aqui não foi fácil, mas os avanços para sua autonomia e qualidade de vida estão sendo paulatinamente conquistados; e é por meio desse trabalho contínuo que transformações mais profundas podem ocorrer.



Referências bibliográficas

DELGADO, Guilherme C. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003**. In: JACCOUD, Luciana. *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: Ipea, 2005.p.51-90.

FAVARETO, Ariane. **Quando o ambiente produtivo passa a ter rosto de mulher: o PNAE e sua incidência na igualdade de gênero**. In: SAUER, Sergio; GRISA, Catia; GOMES, Ramonildes; OLIVEIRA, Valter L. de; DIAS, Janise B. (orgs). *Estudos rurais: entrelaçando reflexões sobre desenvolvimento, natureza, políticas públicas e lutas no campo*. São Leopoldo: Oikos, 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA e DATAFOLHA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 4ª ed., 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao/. Acesso em 30 de junho de 2023.

GASPARETO, Sirlei A. K. e MENEZES, Marilda A. **As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Santa Catarina**. In: NEVES, Delma P.; MEDEIROS, Leonilde S. (orgs). *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, 2013.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez., 2007.

JALIL, Laetícia; SILVA, Luana Cristine e OLIVEIRA, Jannah. **Caderneta Agroecológica: a contribuição das mulheres para a soberania e segurança alimentar e conservação da biodiversidade**. *Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*. Ano VIII, volume II, número 15–Jul –Dez, 2019. p. 98-125.





LOTTA, Gabriela. **O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade.** In: FARIA, C. A (org). Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Quem precisa de justiça climática no Brasil?DF: Gênero e Clima: Observatório do Clima, 2022.** Disponível em: <https://generoeclima.oc.eco.br/lancamento-quem-precisa-de-justica-climatica-no-brasil/>. Acesso em: 26 set. 2023.

REDE PENSSAN. II VIGISAN. II **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil Relatório final.** São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

RÊGO, Walquíria Leão e PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania,** 2ª ed., São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

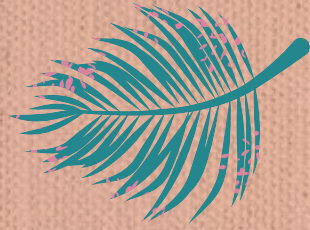
RIBEIRO, Ana Maria Motta e SILVA, Ana Claudia Matos da. **Violência contra as mulheres no campo do Brasil: produto de agência de classe oligárquica visto por uma sociologia ‘desde abajo’.** In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no campo: Brasil, 2021. Goiania, GO: CPT Nacional, 2022.

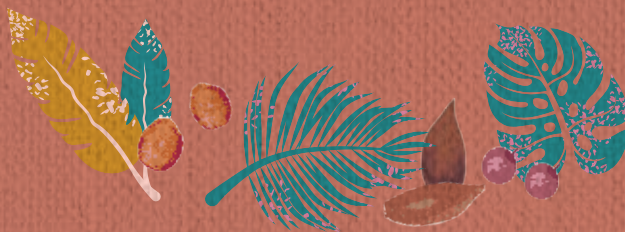
SABOURIN, Eric; GRISA, Catia; NIERDELE, Paulo; LEITE, Sergio Pereira; MILHORANCE, Carolina; FERREIRA, Angela Damasceno; SAUER, Sérgio e ANDRIGUETTO-FILHO, José Milton. **Le démantèlement des politiques publiques rurales et environnementales au Brésil.** Disponível em: https://www.cahiersagricultures.fr/articles/cagri/full_html/2020/01/cagri200104/cagri200104.html. Acesso em: 18 jun. 2021.

SEN, Amartya. **Development as Capability Expansion.** In: FUKUDA-PARR, S. et al . Readings in Human Development. New Delhi and New York: Oxford University Press; 2003.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil.** In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo (orgs.). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói (RJ): Alternativa, 2013.







Realização:



Apoio:



Parcerias:

